

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MARIA SOARES CUNHA

**Análise da Inclusão Social dos Alunos - As Contribuições das Políticas de
Assistência Estudantil Implementadas pelo Instituto Federal Baiano,
Campus Teixeira de Freitas**

**São Mateus-ES
2015**

MARIA SOARES CUNHA

Análise da Inclusão Social dos Alunos - As Contribuições das Políticas de Assistência Estudantil Implementadas pelo Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré de São Mateus-ES para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Désirée Gonçalves Raggi

**São Mateus-ES
2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

C972a

CUNHA, Maria Soares.

Análise da inclusão social dos alunos – as contribuições da políticas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas. / Maria Soares Cunha – São Mateus - ES, 2015.

119f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Desirée Gonçalves Raggi.

1. Inclusão Social. 2. Políticas Públicas. 3. Ensino Profissionalizante. I. Título.

CDD: 353.5

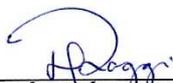
MARIA SOARES CUNHA

**ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS - AS
CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL IMPLEMENTADAS PELO INSTITUTO FEDERAL
BAIANO, CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 27 de Novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. Drª. DÉSIREE GONÇALVES RAGGI
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. EDMAR REIS THIENGO
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profª. Drª. KÁTIA GONÇALVES CASTOR
Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

À minha avó, Dona Isolina de Souza Cunha, de 93 anos, mulher de fibra, analfabeta, que com força e garra constituiu uma linda família, com vários graduados, alguns especialistas e agora me deu a honra de ser a primeira Mestre da família.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada do mestrado, tenho muito a agradecer. Sou grata primeiramente a Deus pela oportunidade, saúde, motivação para vivenciar este desafio e pela vitória alcançada. Foram muitas pessoas que participaram desta conquista. Meus sinceros agradecimentos:

Aos familiares, especialmente aos meus pais – Rita e Esperidião, irmãos – Eliane, Reinaldo, Aurélio e Ronaldo, cunhadas – Ana Márcia, Renata e Cíntia e sobrinhos – Davi e Bernardo, pelo amor incondicional, incentivo e apoio em todos os momentos da minha vida. Esta conquista também pertence a vocês.

À Dr^a. Désirée Gonçalves Raggi, excelente orientadora, sempre presente, atenciosa e compreensiva.

Aos docentes, aos membros das bancas: Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo e Prof.^a Dr.^a Kátia Gonçalves Castor, por suas valiosas contribuições.

À quarta turma do Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, aos docentes, a cada colega, sobretudo aos da Bahia, “Pensadores da BR”, e em especial Daniel Silva Santos e Lelícia Ferreira Amorim com quem dividi a carona, os trabalhos, as alegrias, as tristezas, as angústias, as ansiedades e as publicações, meu muito obrigada.

Ao IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, aos amigos e colegas de trabalho, à direção, à toda a equipe da Coordenação de Assistência Estudantil, onde realizei a pesquisa, e também pelo apoio financeiro à qualificação.

À Danyelle Teixeira, Eliene Jorge, Cristiano Ribas, Arlem Souto, Aelsio Almeida, Gabriel Sena, Norival Magalhães, Siderlane Teixeira, Ana D’Ajuda, Nice Candiá e Erivelton Bispo, pela amizade e incentivo diário.

Ao Me. Rodney Barbosa, Me. Kátia Vilela, Me. Patrícia Corrêa, Me. Dionalle de Souza, Dr. Júlio Martins, Me. Cleverson Pereira, Me. Flávio Vieira, José Torres, Me. João Rodrigues e Me. Sírius Souza pela partilha de conhecimentos e experiências, seus conselhos foram enriquecedores.

À Daniel Gonçalves e Cristiany Monteiro pelo suporte no momento da aplicação da pesquisa.

Aos discentes, aos servidores e ao Coordenador dos Assuntos Estudantis, pela disponibilidade em contribuir com a pesquisa.

À Faculdade Vale do Cricaré pela oportunidade de cursar o mestrado e pelo carinho de todos os seus funcionários.

Finalmente, aos amigos, que me deram força, acreditaram no meu potencial e principalmente por terem entendido minhas ausências durante o período de estudos. Dentre eles: Elisângela Dias, Noel, Luciana Duarte, Arilson, Fabiana Malheiros, Daniela Carvalho, Márcia Bomfim, Caroline Hori, Leidiane Cunha, Bárbara Roberta, Luana Lima, Lincoln Reis, Valvick Pereira, Salatiel e tantos outros.

Meus agradecimentos. Muito obrigada a todos.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem
de repente aprende.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

CUNHA, M. S. **Análise da Inclusão Social dos Alunos - As Contribuições das Políticas de Assistência Estudantil Implementadas pelo Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas**. 2015. 119f. Dissertação – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2015.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Os Institutos Federais oferecem predominantemente educação profissional e tecnológica e buscam democratizar as condições de permanência no espaço escolar, diminuir as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social. Para atender os alunos em vulnerabilidade social e contribuir com a sua permanência, existem diversas políticas públicas, dentre elas, destacamos a Assistência Estudantil, que no *campus* é representada por vários programas, entretanto o de mais relevância é o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) presente no *campus* Teixeira de Freitas desde 2011. Este estudo nasceu do desejo de buscar respostas para o seguinte problema: De que maneira as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica? Os dados foram coletados por meio de entrevista com o gestor da Coordenação de Assuntos Estudantis, formulários para investigar as percepções dos servidores (técnicos e professores) e alunos em relação ao impacto da assistência estudantil na vida dos discentes, além da realização de dois grupos focais com uma amostra menor de alunos. Foram analisados os documentos que normatizam esse tema, tais como Editais de Seleção para o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) e outros que apresentam o quantitativo de alunos atendidos, os dados financeiros e estatísticos de 2011 a 2015. Os resultados indicaram que o PAISE é o programa de assistência estudantil mais relevante do *campus*, e que os auxílios ofertados proporcionam condições para que os discentes contemplados efetivem seus estudos. O PAISE é bem administrado, no entanto, percebeu-se que a quantidade de auxílios não é suficiente para atender todos os alunos em vulnerabilidade social e que a inexistência de profissionais como Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo prejudica as ações pedagógicas e a operacionalização do programa. Os resultados desta análise revelaram que foram pagos 5628 auxílios entre os anos de 2012 e 2015, por meio do PAISE, e que tais auxílios contribuíram com a inclusão social e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Educação Profissional. Inclusão Social.

ABSTRACT

CUNHA, M. S. **Analysis of students' Social inclusion - The Contributions of the Student Assistance Policies Implemented by the Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas**. 2015. 119f. Dissertation - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2015.

This research had as objective to analyze how public policy student assistance implemented by the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, are contributing to the social inclusion of in socioeconomic vulnerability students. The Federal Institutes provide mainly vocational and technology education and seek to democratize the conditions of stay in the school space, reduce social and regional inequalities and promote social inclusion. To meet students in social vulnerability and contribute with your stay, there are several public policies, among them, we highlight the Student Assistance, that in the *campus* is represented by many programs, however the most relevant is the Program of Assistance and Social Inclusion of the Student (PAISE) present on *campus* Teixeira de Freitas since 2011. This study was born from the desire to find answers to the following problem: In what way the Student Assistance Public Policies implemented by the Instituto Federal Baiano, *campus* Teixeira de Freitas are contributing to the social inclusion of in socioeconomic vulnerability students? The data were collected by interviews with the Student Affairs Coordination Manager, forms to investigate the perceptions of the servers (technicians and teachers) and students about the impact of Student Assistance in students' lives, and even more the conduction of two focus groups with a smaller sample of students. There were analyzed the documents that regulate this theme, such as Notices of Selection to the Program of Assistance and Social inclusion of the Student (PAISE) and others that show the number of students served, financial and statistical data from 2011 to 2015. The results indicated that the PAISE is the most relevant student assistance programe on *campus*, and that the aid offered provides conditions to the contemplated students effect their studies. The PAISE is well administered, however, it was realized that the amount of aid is not enough to serve all students in social vulnerability, and that the lack of professionals as a Social Worker, Educator and Psychologist is harmful to educational actions and the operationalization of the programe. The results of this analysis revealed that 5628 aid were paid between 2012 and 2015, by the PAISE, and that such aid contributed to social inclusion and permanence of students in social vulnerability situation.

Keywords: Public Policy. Education. Professional Education. Social Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BA- Bahia

CAE - Coordenação de Assuntos Estudantis

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEFET's - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CETEBA - Centro de Educação Técnica da Bahia

Dr – Doutor

EaD - Educação à Distância

EMARC - Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ES – Espírito Santo

FASIFF - Fórum de Assistentes Sociais do IFF

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FVC - Faculdade Vale do Cricaré

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IF - Institutos Federais

IF Baiano - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFF - Instituto Federal Fluminense

IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Sertão

IF-SC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IFTO - Instituto Federal do Tocantins

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC - Ministério da Educação
NGRE - Núcleo de Gestão dos Registros Escolares
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAISE – Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PEP - Programa de Ensino Profissionalizante
Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.
PIB - Produto Interno Bruto
Pisa - Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PINCEL - Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer
PROADA - Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas
Prof - Professor
PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores em Exercício
Profucionário - Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores e Educação
PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPAC - Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica
PRO-SAÚDE - Programa de Assistência Integral à Saúde
REGAE - Revista de Gestão e Avaliação Educacional
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

UAB – Universidades Abertas do Brasil

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Instituições Federais de educação profissional no Brasil 2015.....	49
Tabela 2	Vagas do Processo Seletivo 2016, <i>campus</i> Teixeira de Freitas.....	66
Tabela 3	Cursos e modalidades, <i>campus</i> Teixeira de Freitas.....	70
Tabela 4	Quantidade de bolsa 2011 – outubro de 2015.....	77
Tabela 5	Auxílios do PAISE 2015.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REVISÃO DE LITERATURASOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	19
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	32
2.1 A Assistência Estudantil no Brasil.....	37
2.2 Educação Profissional Técnica e Tecnológica Federal	42
2.2.1 Institutos Federais	47
2.2.2 Nasceu a Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas-BA e se tornou IF Baiano	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 O Campo, a População e as Amostras.....	56
3.1.1 O Campo.....	56
3.1.2 População e Amostras.....	58
3.2 Os Instrumentos de Coleta de Dados.....	59
4 ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IF BAIANO, CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS.....	64
4.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) no <i>campus</i> Teixeira de Freitas.....	69
4.2 Descrição dos auxílios pagos pelo PAISE 2011-2015.....	74
4.3 A Inclusão Social dos alunos do IF Baiano, Teixeira de Freitas.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	97
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

O Brasil vem apresentando nas últimas décadas um considerável crescimento econômico, visto que, o índice do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, foi de 0,744, possibilitando que o país ocupasse o 79º lugar no *ranking* mundial, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entretanto, existe uma grande parcela da população que se mantém abaixo da linha de pobreza, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2013, 10,45 milhões de cidadãos se encontravam em extrema pobreza. Por esse prisma, a sociedade brasileira ainda é demarcada pela desigualdade social, competindo ao Estado Democrático de Direito, em consonância com a Constituição Federal de 1998, fomentar ações efetivas para garantir os direitos fundamentais da população. Compete aos gestores públicos conhecer os problemas socioeconômicos que predominam no seu domínio regional, buscando minimizar os seus reflexos. Desse modo, os gestores devem elencar prioridades, criar condições de formulação e implementar as políticas públicas que promovam bem estar social como afirma Rua (2009).

Cenários sociais permeados por altos índices de pobreza exigem a efetivação de ações afirmativas nos mais diversos setores, e essas devem levar em consideração os contextos históricos e sociais do público a ser atendido. Dessa forma, de acordo com Matias-Pereira (2012) a elaboração de uma política pública deve ocorrer em virtude dos interesses comuns da sociedade e regulada por ações estratégicas do governo que visam intervir nas relações sociais. As políticas públicas devem buscar a satisfação das necessidades sociais, ou seja, visando concretizar os direitos fundamentais, como saúde, educação, segurança, assistência, entre outros.

Todavia, dentre as políticas públicas destacamos as educacionais que atualmente buscam diminuir os indicadores de repetência, evasão e democratizar o acesso, viabilizando uma maior oferta de vagas e auxílios que contribuam para a permanência do discente. Em conformidade com os programas do governo federal as políticas públicas do sistema educacional brasileiro visam a expansão das instituições educacionais públicas e um modelo mais autônomo de gestão.

É válido ressaltar que, dentre as ações afirmativas de assistência estudantil que visam promover inclusão social, merece destaque a expansão dos Institutos Federais (IF) que iniciou no Brasil no ano de 2008, a partir da Lei Nº 11.892, com o objetivo de oferecer

ações inclusivas na área de formação profissional a fim de promover, educação gratuita e de qualidade, equidade e justiça social, com a interiorização do ensino, cooperando assim com o desenvolvimento de locais remotos e que não dispunham de escolas profissionais, garantindo oportunidade para muitos brasileiros reescreverem sua história. Em virtude da localização e abrangência dos IF, surge a necessidade de os gestores das instituições públicas de ensino profissional efetivarem as políticas de assistência estudantil adequadas, a fim de materializar as condições que viabilizarão a inserção e permanência das populações com baixa condição socioeconômica. Para tanto, precisam ofertar a assistência estudantil adequada aos jovens e adultos pertencentes às classes desfavorecidas.

No âmbito dos IFs, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma política pública prioritária que busca garantir a permanência dos estudantes desprovidos de condições socioeconômicas para se manterem na instituição e concluírem o curso com êxito. A oferta de assistência estudantil aos discentes em vulnerabilidade social é o meio que contribui para minimizar o déficit histórico, valorizando a diversidade étnico-racial, social, cultural e de gênero.

A observação desse contexto despertou o desejo de buscar respostas para o seguinte problema: De que maneira as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica?

A motivação para o estudo da temática está relacionada, entre outros aspectos, à nossa trajetória profissional junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) de Teixeira de Freitas, desde 2011. Inicialmente atuando como assistente em administração junto ao Núcleo de Gestão dos Registros Escolares (NGRE), elaborando os relatórios de frequência destinados à Coordenação Geral de Assistência ao Estudante que controlava o pagamento dos auxílios estudantis. À época concluindo a especialização em Gestão Pública e aumentando o interesse em acompanhar as políticas públicas, em especial, na área da educação. Vale ressaltar, a importância do acompanhamento ao processo de expansão do *campus*, como partícipe da dinâmica de transformação e crescimento do mesmo.

A partir de 2013, passamos a coordenar o NGRE, hodiernamente denominado Secretaria de Registros Acadêmicos, o que colaborou com uma maior proximidade com os demais gestores, servidores e alunos e a possibilidade de contribuirmos com as

decisões e conhecermos melhor as ações da Instituição, uma vez que o *campus* tem como missão oferecer educação profissional, preparar as pessoas para o exercício da cidadania e contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Entendemos, como muitos, que o acesso à educação é um dos principais fatores que contribuem para a conquista de melhores oportunidades profissionais e que é um meio capaz de proporcionar diminuição das desigualdades. Assim, surgiu o interesse em analisar as políticas públicas de assistência estudantil com o intuito de diagnosticar como as mesmas contribuem com a inclusão social, uma vez que ainda não se realizaram pesquisas nesse campo no âmbito do IF Baiano de Teixeira de Freitas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Relacionam-se, ainda, objetivos específicos:

- a) Investigar os programas de assistência estudantil implementados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas;
- b) Analisar como os mesmos estão proporcionando condições para que os discentes efetivem seus estudos;
- c) Verificar de que forma essas políticas estão contribuindo para a inclusão social desses sujeitos.

Ao estudo interessa analisar, investigar, acompanhar e verificar como se processa a política de assistência estudantil, como forma de fomentar sua consolidação no *campus* investigado. Colaborar para a promoção da equidade na educação através da inclusão escolar, possibilita o fortalecimento do crescimento econômico e com o desenvolvimento de uma região. Trata-se de uma meta a ser alcançada a partir da garantia de uma educação pública de qualidade, como a ofertada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma ação afirmativa eficiente e eficaz.

Uma vez que, a implantação de políticas de assistência estudantil pode vir a contribuir com o acesso, através das cotas, com a permanência, por meio da oferta de auxílios moradia, alimentação, materiais escolares, transporte e creche e o êxito dos discentes, com a oferta de acompanhamento pedagógico, social, atendimento à saúde, cultura, esporte e lazer. Tendo como resultado a inclusão social, pois colabora com a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de promover o desenvolvimento local.

Em consonância com as ideias de Gil (2002) optamos por realizar uma pesquisa de campo qualitativa de caráter descritivo, que priorizasse a observação direta do grupo estudado. Assim, focamos nossa atenção na comunidade do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas. Dessa forma, foi realizado um levantamento bibliográfico para produzir a fundamentação teórica. Os programas de assistência estudantil foram descritos por meio do método exploratório descritivo e como técnicas para coletar os dados realizamos uma entrevista com o gestor da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), aplicação de formulário para uma amostra de servidores. Além da aplicação de formulários, realizamos também dois grupos focais com alunos contemplados pelo programa.

O trabalho conta com cinco Capítulos. Primeiro traz a presente introdução que apresenta o problema, os objetivos geral e específicos, a justificativa contendo um breve memorial, a descrição da metodologia e também dos capítulos.

O Capítulo I que expõe uma breve revisão da literatura, devido aos estudos insipientes, sobre as políticas públicas de assistência estudantil no ensino técnico profissionalizante de ensino médio, principalmente nos Institutos Federais (Piva, 2011, Stroisch, 2012, Taufick, 2013, Kowalski, 2012, Rosa, 2015, Felipe, 2015 e Leite 2012), enfatiza a importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), os aspectos positivos e também negativos, a assistência estudantil, tanto nos Institutos Federais como em algumas Universidades.

Em seguida, o Capítulo II elucida características sociais, econômicas e educacionais, trazendo dados estatísticos (Santos, 2009, Santos, 2010, Prazeres 2015), fundamenta as políticas públicas de assistência estudantil (Rua, 2009 e Matias-Pereira, 2012), descreve a assistência estudantil no país (Vasconcelos, 2010, Saviani, 2009 e Vieira, 2007), conceitua a educação profissional técnica e tecnológica federal (Cunha, 2005, Almeida, 2010, Freire, 1979, 1987 e 1996, Frigotto, 2000 e 2011, Libâneo, 2006, Pacheco, 2010 e 2011), e se baseia no aparato legal para descrever a história da Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas.

Na sequência, o Capítulo III apresenta os procedimentos metodológicos, destacando o campo, a população, a amostra e os instrumentos de coleta de dados (Moreira, 2008, Gil, 1999 e 2002, Marconi, 2013, Cruz Neto, 1994, Gondim, 2002 e Gatti, 2012).

O Capítulo IV analisa os resultados da pesquisa, apresentando o discurso do coordenador, a visão dos servidores e as percepções dos discentes sobre o Programa de

Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE). Os resultados indicaram que o PAISE é o programa de assistência estudantil mais relevante do *campus* e que os auxílios ofertados: moradia, alimentação, cópia e impressão, transporte, creche, eventual e permanência proporcionam condições para que os discentes contemplados efetivem seus estudos. Dentre as deficiências do programa de assistência estudantil destaca-se a falta de alguns profissionais como Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo, fator que interfere na operacionalização do programa, prejudicando o acompanhamento dos alunos e as ações pedagógicas.

Posteriormente, o Capítulo V descreve as considerações finais em relação ao desenvolvimento da pesquisa. Os resultados das análises revelaram que o PAISE é bem administrado, e que entre os anos de 2012 e 2015 foram pagos 5628 auxílios e que tais auxílios contribuíram com a inclusão social de uma grande parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, compreende-se que a pesquisa é importante, partindo do princípio de que as políticas públicas de assistência estudantil podem contribuir com a redução das desigualdades. Uma vez que a promoção da equidade na educação fortalece o crescimento econômico, o desenvolvimento e a inclusão social.

1 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Este tema aborda um campo fértil de pesquisas, ou seja, apto para ser semeado, pois estudos substanciais com temáticas voltadas às ações inclusivas na área de formação profissional de nível médio, são escassos, até porque a principal lei que normatiza a assistência estudantil no nível superior e técnico é recente: o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) só se consolidou no ano de 2010, o que justifica essa breve revisão de literatura.

Nesta revisão foram analisadas algumas produções científicas na área de educação e serviço social, sobre o tema Políticas Públicas de Assistência Estudantil. Foram analisadas três dissertações, uma tese e três artigos científicos, publicados entre 2011 e 2015.

Dentre as três dissertações: a primeira realizou um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Sertão (IFRS) em 2011, a segunda realizou uma investigação qualitativa sobre os alunos cotistas dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, *campus* São José em 2012 e a última dissertação pesquisou trinta Institutos Federais, analisando o regulamento de assistência estudantil de cada um deles em 2013.

A única tese encontrada sobre o tema é uma pesquisa qualitativa focada no nível superior de ensino e estudou a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Maria e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul do ano de 2012.

Entre os três artigos científicos: um foi publicado na Revista de Gestão e Avaliação Educacional (REGAE) que possui extrato Qualis B5, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do ano de 2015, o artigo intitulado “Contextualização no Instituto Federal do Tocantins na Esfera das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica” dos autores Ana Claudia Ferreira Rosa, Janaína Miranda Muradás Amorim, Lívia Fernanda Leal Macedo; o segundo foi publicado também em 2015, na Revista Textos & Contextos com extrato Qualis B1, na CAPES, o artigo é intitulado “Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: Possibilidades e Limites para a Permanência Escolar e Conclusão de Curso” escrito por Jonis Manhães Sales Felipe; o terceiro foi aceito e publicado em 2012, pela Revista SER Social – Universidade de Brasília (UnB) que possui o extrato Qualis B2, o artigo “Política de

Assistência Estudantil: Direito da Carência ou Carência de Direitos?” foi escrito por Janete Luzia Leite.

A dissertação “Educação Profissional e Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos: Um Estudo de Caso no IFRS – *campus* Sertão” defendida em 2011 por Maqueli Elizabete Piva tem como objetivo geral “investigar se as práticas de assistência estudantil alteraram-se ao longo do tempo e se estão condizentes com a atual expansão do ensino profissionalizante”.

O estudo de caso na instituição foi justificado pela relevância social para a mesorregião onde está inserida. A autora inicia a fundamentação teórica expondo o contexto histórico do ensino profissionalizante no Brasil, em seguida do ensino técnico Agropecuário, que é o carro chefe da instituição, posteriormente da Escola Agrícola de Passo Fundo, hoje IFRS, *campus* Sertão e ressalta que:

Dentro da perspectiva de atuação dos Institutos Federais nas mesorregiões onde estão inseridos, tendo como um de seus objetivos a inclusão social e o desenvolvimento regional, surgem, em 2010, questionamentos sobre os investimentos em assistência estudantil necessários para esse fim. A localização e abrangência dessas instituições pedem políticas voltadas a garantias de permanência e conclusão dos cursos por estudantes carentes (PIVA, 2011, p. 12).

Dentre as ações assistenciais oferecidas pelos Institutos Federais, a autora dá especial destaque ao internato escolar, destinado ao atendimento de alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Em seguida, faz uma breve explanação sobre as novas perspectivas da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, com a valorização da educação profissional e apoio aos alunos carentes.

Em busca de respostas para investigar se as práticas de assistência estudantil estão condizentes com a expansão do ensino profissionalizante, a pesquisa foi realizada em duas etapas, exploratória e descritiva realizando a análise quantitativa dos estudantes e das políticas de assistência. A população do estudo de caso foi a comunidade interna do IFRS e a amostra se compôs por 6 docentes e 358 alunos dos cursos técnicos. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, que foram transcritas e analisadas qualitativamente.

A pesquisa questiona o atual processo seletivo onde a prova é realizada em um único dia para os diversos cursos, assim o candidato só pode escolher um deles o que reduz as chances de ingresso. Além disso, ressalta que a simples oferta de vagas não

promove justiça social e que as ações de assistência estudantil precisam estar voltadas para garantir a permanência e conclusão dos cursos.

Por fim, a pesquisa conclui que o internato escolar, destinado somente aos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, é uma das mais significativas entre as ações de assistência estudantil do IFRS, *campus* Sertão, entretanto, precisa ser reestruturado para atuar como efetiva assistência estudantil que promova a inclusão e a justiça social. Pois, permanecer com as práticas antigas não é condizente com a atual expansão do ensino profissionalizante no país.

O trabalho realizado por Stroisch (2012) aborda “A Permanência e o Êxito dos Alunos Cotistas dos Cursos Superiores do *campus* São José do Instituto Federal de Santa Catarina”. A autora pesquisou os períodos letivos 2009.2, 2010.1 e 2010.2, analisando a situação dos alunos que foram admitidos a partir das cotas. Seu estudo teve o objetivo de “analisar a eficácia das ações afirmativas de permanência e êxito adotadas para os alunos dos cursos de Graduação do *campus* São José do IF-SC, que ingressaram por meio da reserva de vagas, tendo em vista a política de inclusão adotada”.

Tratou-se de uma avaliação qualitativa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC), *campus* São José, focada nas ações institucionais em relação aos alunos ingressos nos cursos superiores, Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza – Habilitação em Química e o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os coordenadores dos cursos, membros da equipe pedagógica e alunos evadidos. A amostra de discentes foi composta por 78 participantes.

Nesse contexto, a autora elucida a importância das cotas de inclusão e das ações afirmativas nos cursos superiores que buscam atender um déficit histórico e minimizar as desigualdades econômicas, sociais, étnico-raciais e culturais.

Em face disso, a autora descreve detalhadamente as ações afirmativas e dá ênfase a questão do sistema de reserva de vagas, ou seja, as cotas:

[...] são destinadas 60% (sessenta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, distribuídas da seguinte forma: reserva para negros: 10% (dez por cento) para candidatos negros que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino; reserva para oriundos de Escola Pública: 50% (cinquenta por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino (STROISCH, 2012, p. 4).

A autora dedicou o segundo capítulo às ações afirmativas, descrevendo o contexto histórico e sociológico. Em relação ao Brasil explana sobre o racismo e as relações raciais e afirma que as políticas de ações afirmativas adquiriram importância salutar a partir de 2001. Trata também do princípio da igualdade e das discussões sobre as políticas e cotas raciais.

Em seguida, analisa as políticas de inclusão e diversidade na área educacional propostas pelo Ministério da Educação (MEC), pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e pelo IF-SC. Conclui que as mesmas têm em vista as especificidades das desigualdades brasileiras, e visam ao respeito e à valorização da nossa diversidade étnico-racial, cultural, de gênero e social.

As políticas de inclusão educacionais propostas pelo MEC, pela SETEC e pelo IF-SC, buscam favorecer os sujeitos em desvantagem social, seja pela condição socioeconômica ou ao pertencimento a um determinado grupo social, visando à promoção da igualdade de oportunidades e à melhoria das condições de vida desses sujeitos, contribuindo para o exercício do direito à educação de qualidade para todos (STROISCH, 2012, p. 198).

Em relação à preocupação com o índice de evasão observado no IF-SC São José, os resultados da pesquisa demonstram que apesar dos esforços, ações e programas existentes até então, ainda não são suficientes para garantir a permanência e o êxito dos alunos dos cursos superiores e afirma que nenhuma ação específica foi realizada para dar apoio aos discentes cotistas. Nesse sentido, os índices de evasão e de reprovação são altos devido a questões relacionadas ao curso, aspectos institucionais, atividade profissional, desempenho acadêmico, dentre outras.

Finalmente, o trabalho constata a necessidade de se levar em consideração as diversidades, características e particularidades dos alunos no processo ensino-aprendizagem e que a instituição precisa estar atenta para as demandas pedagógicas e sociais que visam promover a democratização.

Em outros termos, a dissertação de Taufick (2013) intitulada “Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA” analisou os regulamentos da Política de Assistência Estudantil de 30 Institutos Federais, dentre os 38 existentes, espalhados por todo o território brasileiro. Foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, observando-se os princípios, objetivos, critérios e as modalidades de concessão dos benefícios. A pesquisa faz uma análise detalhada dos regulamentos elencando suas semelhanças e diferenças e determinando a matriz que reveste as políticas

públicas, analisando especialmente como os alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) estão sendo assistidos por estes regulamentos e se os mesmos contribuem para a permanência e êxito no curso.

A escolha de pesquisar os regulamentos da assistência estudantil nos Institutos Federais se deu a partir das recentes mudanças no processo de concessão do benefício aos alunos do PROEJA.

O estudo descreve a história da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, dando especial atenção aos Institutos Federais que são o foco da pesquisa. Elucida detalhadamente o PROEJA, designado a oferecer ensino profissional público e de qualidade para alunos que não tiveram a oportunidade de cursar a educação básica na idade adequada.

Em decorrência da análise dos regulamentos, a autora constatou que a maioria faz clara menção ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), alguns levaram em consideração o perfil do alunado e as características intrínsecas do *campus* para definir quais áreas priorizar, as instituições ampliaram a gama de benefícios. Porém, em algumas instituições o tema é tratado de forma incipiente, onde os regulamentos são meras cópias do PNAES – Decreto nº 7.234/2010.

As ações de assistência estudantil analisadas favorecem a inserção dos alunos do PROEJA, entretanto, a falta da ação de acompanhamento pedagógico em alguns regulamentos impede o diagnóstico das causas de baixo rendimento. Visto que o acompanhamento pedagógico é fundamental, pois identifica as causas do baixo rendimento e oferece tutela específica para cada discente.

É interessante abordar que a pesquisa alcançou o objetivo proposto:

[...] fazer uma avaliação da formulação da Política de Assistência Estudantil estabelecida nos Institutos Federais, buscando localizar os elementos que são considerados, a partir de referenciais teóricos pesquisados, importantes para o apoio aos estudantes de PROEJA, de forma a produzir um instrumento que possa, a partir da gestão situada na SETEC/MEC, colaborar com a avaliação, a consolidação e a ampliação da Assistência Estudantil nessas instituições (TAUFICK, 2013, p. 44).

Por fim, propõe a preparação de um plano de ação a ser adotado nos Institutos Federais, e produz uma minuta de decreto com o intuito de que o MEC a submeta a Presidência da República com o objetivo de que seja estabelecido um programa de

Assistência Estudantil Federal que considere as necessidades dos discentes, contemple também os alunos do PROEJA, seja fortalecido, ampliado e consolidado.

Dando sequência as revisões, a tese do Doutorado em Serviço Social intitulada “Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos” foi defendida e aprovada no ano de 2012, por Aline Viero Kowalski e se trata de uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa de Kowalski (2012) se fundamentou no materialismo histórico e dialético e versa sobre as políticas públicas no Ensino Superior. Descreve a trajetória histórica desde o surgimento das universidades, as reformas e discute a expansão, a democratização da educação superior e a influência dos organismos internacionais a partir das políticas neoliberais. E a partir do cenário de Ensino Superior apresenta e analisa a política de assistência estudantil nas universidades públicas, dando ênfase ao estado do Rio Grande do Sul.

A autora explana sobre a contrarreforma universitária resultante das ações políticas adotadas pelos governantes nas últimas décadas em conformidade com as tendências do mercado. Nesse contexto, destaca a assistência estudantil que está em conformidade com a lógica de serviço e não de direitos.

Em busca de respostas para o seguinte questionamento: “Como as políticas educacionais de assistência estudantil se efetivam na garantia de direitos aos alunos de instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Sul?” foram aplicados grupos focais com alunos ligados a política de assistência estudantil, gestores e técnicos administrativos em educação. Numa pesquisa qualitativa, apoiada por dados quantitativos, que teve dois locais de pesquisa: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) escolhidos por possuir a maior quantidade de alunos beneficiados pelos programas de assistência estudantil e pela tradição histórica na política de assistência.

Elucida que o fato das políticas de educação superior estarem relacionadas estrategicamente a inserção da economia mundial e orientadas pelos organismos internacionais impactam em restrições orçamentárias para as Instituições Federais de Ensino Superior. O aumento das vagas e a reestruturação das Instituições de Ensino Superior as transformam em organizações sociais prestadoras de serviços, com a finalidade estrita de cumprir acordos, metas e indicadores do MEC.

Em relação à formatação da política de assistência estudantil a autora descreve os dilemas e as contradições históricas e caracteriza a existência de três fases distintas. Na primeira fase cita a criação das universidades no país e destaca que nesse período a assistência estudantil era voltada para a elite brasileira. Na fase seguinte o ensino superior tornou-se um dos maiores enfoques das políticas sociais a partir da expansão das vagas, do investimento em moradias estudantis e da criação dos Restaurantes Universitários. Na última fase que se segue até os dias atuais ocorre a expansão e a reestruturação das Instituições de Ensino Superior, o direito de acesso e permanência dos discentes passa a ser garantido por lei através do Programa Nacional de Assistência Estudantil, no ano de 2010, no entanto, os entraves em relação aos recursos financeiros dificultam o desenvolvimento dos programas.

Concordamos com Kowalski (2012) quando afirma que a assistência estudantil vem acompanhando a trajetória histórica e sócio-política do Brasil, tal trajetória rompe e conserva algumas concepções e formas de operacionalização da assistência estudantil como direito. Esse retrocesso demonstra os caminhos e descaminhos do Programa de Assistência Estudantil no país com suas contradições e mediações.

Nesse sentido, a autora conseguiu cumprir o objeto geral a contento: “Investigar de que modo a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos que ingressam nessas instituições”.

Dando sequência as revisões, o artigo a “Contextualização no Instituto Federal do Tocantins na Esfera das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica” trata de uma pesquisa bibliográfica documental, com enfoque qualitativo e também quantitativo. O artigo inicia expondo o contexto histórico de criação dos Institutos Federais ressalta que os mesmos se configuram como política pública.

No sentido de buscar respostas para o seguinte questionamento: “Como se contextualiza o Instituto Federal do Tocantins na esfera das políticas de educação profissional e tecnológica?”, os autores descreveram a história do Instituto Federal do Tocantins que foi fundado pela integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Unidade Descentralizada a partir da Lei nº 11.892/2008 e também pela Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, apresenta os cursos superiores ofertados em 2013 e em seguida a quantidade de alunos, cursos, modalidades e *campus*.

Em relação à assistência estudantil afirma que a mesma

[...] é uma política que perpassa várias outras políticas, pois a articulação é necessária para que possa propor aos usuários dos serviços melhoria das condições de renda, alimentação, transporte, moradia, entre outras. Além de proporcionar encaminhamentos e ações em conjunto com a área pedagógica e psicossocial (ROSA, 2015, p. 121).

O artigo cita que a política educacional busca atender as demandas sociais e econômicas inserindo os discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, a partir da elaboração de programas e projetos que procuram viabilizar a igualdade de oportunidades, melhorar as condições de permanência e contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico, buscando combater situações de repetência e evasão.

A pesquisa mostra que os serviços de assistência estudantil já existem no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *campus* Palmas, desde 2005 e que no ano de 2013 foram pagas 842 bolsas de assistência estudantil aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Atendendo, assim, alunos que enfrentam questões econômicas, desemprego, baixa renda, problemas de saúde, uso de drogas, violência, entre outros.

As características importantes da assistência estudantil no *campus* Palmas são: a equipe multidisciplinar de diversos profissionais, entre eles, médicos, enfermeiros, auxiliar e técnico em enfermagem, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionista, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e supervisores educacionais, para atender os alunos e enfrentar os reflexos das questões sociais; e o levantamento das dificuldades e necessidades dos discentes por meio de um diagnóstico do contexto social que leva em consideração as particularidades da realidade social e busca intervir de forma efetiva na vida dos alunos.

O artigo de Felipe (2015) pesquisou a assistência estudantil no IF Fluminense dando ênfase a permanência escolar e a conclusão de curso. A pesquisa apresenta um rico referencial teórico, embora o autor cite por várias vezes a ausência de produções acadêmicas sobre a assistência estudantil no Brasil.

Em relação a história da assistência estudantil esclarece que a mesma existe desde 1980 em algumas Instituições Federais de Ensino Superior com programas de apoio à permanência, como bolsas de trabalho, alimentação e moradia. Destaca que o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) foi criado em 1987, com o objetivo de discutir e propor ações de apoio e assistência ao aluno. Elucida que a normatização nacional específica demorou a ser normatizada, o que aconteceu só em 2010, a partir do Decreto nº. 7234.

Em relação a assistência estudantil no Instituto Federal Fluminense (IFF), os alunos precisam passar por um estudo socioeconômico para ter direito, entre os benefícios, podemos destacar: a bolsa de iniciação profissional; os auxílios alimentação, moradia, transporte e Necessidades Educacionais Específicas. Além dos objetivos estabelecidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o IF Fluminense paga outras modalidades de bolsas: Atleta, Arte e Cultura, Monitoria, Iniciação Científica, Apoio Tecnológico e Extensão.

O autor cita os aspectos positivos da assistência no IF Fluminense e também as suas distorções:

Toda essa estrutura de oferta e distribuição do orçamento da Assistência Estudantil tem gerado um conjunto de distorções que, muitas vezes, embora pretendam garantir a permanência e a conclusão dos cursos, acabam produzindo efeitos negativos na trajetória acadêmica dos estudantes. Além disso, a utilização dos recursos para financiar certas atividades administrativas e de serviços gerais executadas pelos estudantes vai na contramão das diretrizes estabelecidas no PNAES, alimentando uma cultura distorcida e arcaica do que é a assistência (vinculando-a à contrapartida de trabalho) (FELIPPE, 2015, p. 152).

Segundo o autor o recebimento de benefícios condicionado a execução de trabalhos administrativos na instituição está indo na contramão dos objetivos do PNAES. Nesse contexto, os alunos bolsistas têm que se dividir entre trabalho e formação acadêmica e não contam com um acompanhamento pedagógico efetivo, assim essas questões acabam gerando um maior índice de reprovação entre os alunos beneficiados com a iniciação profissional e no apoio tecnológico. No entanto, os benefícios de assistência estudantil garantem baixíssimos índices de evasão e cumpri com eficácia a garantia de permanência.

Dentre as ações de assistência do IF Fluminense Felipe destaca o Fórum de Assistentes Sociais do IFF (FASIFF) que desenvolve levantamentos, seminários e discussões com o objetivo de consolidar o Programa de Assistência Estudantil. Em busca da padronização dos serviços nos *campi*, o fim da contrapartida do trabalho é vincular benefícios com desenvolvimento acadêmico e priorizar as atividades de acompanhamento social e pedagógico com os discentes.

O estudo de Leite (2012) já traz o problema da pesquisa no próprio título do artigo: Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? Em busca de respostas para tal questionamento a autora investigou sítios de 105 universidades

públicas brasileiras, dentre elas, federais, estaduais e municipais em busca de informações sobre a assistência estudantil.

O artigo destaca a importância da Constituição de 1988 no grande avanço social, devido a ampliação dos direitos sociais, a partir da institucionalização das políticas sociais públicas. No entanto, afirma que apesar dos avanços não feriu a ordem burguesa. Nesse contexto, a assistência social passa a ser admitida como dever do Estado e direito de cidadania.

A autora considera que a política pública deve estar delimitada às necessidades sociais em sentido ilimitado e sem contributividade. A assistência social deve ser vista em sua relação com outras políticas sociais, devido a sua complexidade, e em especial, na área educacional, interagir com a política de educação.

Não obstante, Leite (2012), considera que as políticas neoliberais implantadas no Brasil trouxeram retrocesso nas conquistas dos direitos sociais. Com a redução da ação reguladora do Estado, nos anos 1990, a responsabilidade pública em relação às grandes problemáticas sociais se desmontou. Os indicadores de desestatização, desregulamentação e particularização, trouxeram como consequência a exacerbação crescente da questão social e de expressões como: miséria, desemprego, violência. A autora ainda enfatiza a necessidade de a população permanecer com a ilusão da possibilidade de ascensão por meio da educação.

O redesenho do sistema educacional modelou a política educacional de acordo com as exigências do mercado, transformando as universidades em um significativo “negócio global”, instituindo novos modelos de formação profissional destinados ao mercado de trabalho e evitando resistências quando retira gradativamente a crítica e a reflexão do processo educativo.

[...] o desmonte da educação brasileira teve suas fundações escavadas durante a ditadura militar, seus pilares fincados no governo Sarney, cimentados por Collor de Melo, solidificadas por Fernando Henrique Cardoso, e em fase de perfeito acabamento sob a gestão de Lula da Silva / Dilma Rousseff, é fácil perceber porque o peso do “sucesso” da educação brasileira hoje recai sobre a universidade pública (LEITE, 2012, p. 460).

Analisando os aspectos atuais do país em relação a educação superior, Leite (2012), destaca que o sucateamento da educação básica e fundamental impede que grande parte dos jovens possam concorrer a uma vaga na universidade pública. Ressalta também que a democratização do acesso da classe trabalhadora à universidade, e o processo de

empobrecimento brutal da população brasileira aumenta a quantidade de discentes que não conseguem se manter na universidade. Muitos desses jovens começam a trabalhar cedo e por isso tem desvantagem em relação a escolha de alguns cursos, tais fatores acabam refletidos no fenômeno da evasão e também no aumento da procura por cursos aligeirados ou a distância em instituições particulares. Assim a autora conclui que não basta estabelecer metas de ampliação de vagas, há que se definir mecanismos de fixação.

Nesse contexto, o artigo mostra que é para este público, considerado carente, que as políticas de assistência estudantil estão sendo destinadas. E que para recebê-las, o aluno deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir condicionalidades.

[...] uma política de assistência ao estudante não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal (LEITE, 2012, p. 464).

Com a investigação dos 105 sítios de universidades públicas brasileiras, a autora só conseguiu informações sobre assistência estudantil nas universidades federais e estaduais. Nas universidades estaduais a assistência estudantil é residual, limitando-se praticamente à moradia e alimentação. Todas as universidades pesquisadas que possuem uma política de assistência estudantil vinculam seus auxílios à condição de carência financeira. A autora também descreve a ocultação de trabalho sob a legenda de bolsa, trata-se de uma maneira mais barata de substituir a mão de obra dos funcionários técnicos administrativos, e destaca que enquanto o aluno beneficiado está trabalhando, o aluno mais bem colocado socialmente pode estudar doze horas semanais. Os resultados das pesquisas demonstram que o número de bolsas está muito aquém do necessário. E enfatiza que a máxima de “políticas pobres para os pobres” estão presentes nas universidades públicas.

Concluindo o artigo, a autora destaca os dois tipos de alunos: aqueles que podem usufruir da universidade (ensino, pesquisa e extensão); e os carentes, que deverão trabalhar em troca de sua permanência na universidade, sem acesso à pesquisa em suas diversas modalidades, e às bolsas de formação acadêmica.

Vale ressaltar, que entre as sete produções científicas revisadas, somente a tese de Kowalski (2012) e o artigo de Leite (2012) não tratam das políticas de assistência estudantil nos Institutos Federais, pois estão focadas no ensino superior em algumas Universidades. As literaturas revisadas dão ênfase ao Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES) principal normativa da assistência estudantil. Tratam das questões históricas, da importância a educação técnica e tecnológica, dos cursos subsequentes, integrados e superiores, da expansão da rede federal, do combate às desigualdades e o atendimento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando a igualdade de oportunidades, a permanência e o êxito.

Os autores demonstram a necessidade de se trabalhar com as especificidades dos estudantes, e elencam a importância do acompanhamento pedagógico e social, em especial aos alunos beneficiados com os auxílios, com o internato, os cotistas, os discentes do PROEJA, pois, o acompanhamento é capaz de diagnosticar problemas relacionados à permanência e as dificuldades de aprendizagem. Se, além da assistência estudantil financeira o discente também contasse com um eficiente acompanhamento pedagógico, os problemas relacionados a permanência poderiam ser sanados e o êxito do aluno acabaria sendo uma consequência.

A revisão de literatura possibilitou elencar alguns aspectos relevantes: o estudo de 2013 de Taufick constatou que a assistência estudantil em alguns Institutos Federais é tratada de forma incipiente em seus regulamentos; as pesquisas de Kowalski e Leite (2012) criticam o fato das políticas educacionais serem orientadas pelos organismos internacionais, em conformidade com a tendência de mercado e que a assistência estudantil obedece à lógica de serviço e não de direitos; os estudos científicos de Felipe (2015) e Leite (2012) recriminam a oferta de bolsas tendo como contrapartida a execução de trabalhos administrativos, segundo Felipe essa é uma visão distorcida e arcaica do que vem a ser assistência estudantil; em relação aos trabalhos revisados, Leite (2012) e Stroisch (2012), afirmam que as ações e programas de assistência estudantil estão muito aquém da quantidade necessária para atender aos discentes que precisam para permanecer estudando; ainda sobre a assistência estudantil, Rosa (2015), enfatiza o quanto é importante para a instituição contar com uma equipe multidisciplinar para atender permanentemente aos alunos, capaz de construir um diagnóstico do contexto social considerando as particularidades e assim intervindo de forma efetiva.

Concluindo, se fez possível perceber, que as ações voltadas para a assistência estudantil nas Universidades e nos Institutos pesquisados têm contribuído com a inclusão social, porém se questionou a diminuição de oportunidades devido ao formato adotado nos processos seletivos de ingresso e à visão neoliberal da educação. Um dos estudos deu destaque à importância do internato para atender aos alunos de outras localidades e a

necessidade da ampliação de suas vagas. Tratou-se das especificidades dos alunos que ingressaram por meio de cotas e dos alunos do PROEJA. Elucidou a contradição devido ao recebimento de benefícios condicionado a execução de trabalhos administrativos na instituição que acaba alimentando uma cultura distorcida e arcaica em relação à assistência. Enfatizou a relevância de a instituição possuir uma equipe multidisciplinar e o acompanhamento pedagógico e social na redução do alto índice de evasão e reprovação.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A desigualdade social é uma questão recorrente no Brasil. Embora visível na população menos favorecida, as desigualdades nascem, crescem e permanecem conforme os níveis de concentração de riqueza e oportunidades, frutos da doutrina neoliberal capitalista, cujas decisões políticas priorizam o crescimento econômico mundial. Contudo, as questões sociais acabam sendo relegadas ao segundo plano, fato que perpetua o quadro de desequilíbrio na distribuição das riquezas da nação. Nesse sentido, Santos (2009) observa que

Muitos países como o Brasil não são pobres, mas são tão desiguais que, apesar de apresentarem importante evolução do seu PIB (Produto Interno Bruto) e significativas melhorias das condições de vida de alguns setores (os mais ricos), permanecem abrigando uma enorme quantidade de pobres, que, por sua vez, têm baixíssimas perspectivas de mobilidade social ascendente (SANTOS, 2009, p. 21).

Nas duas últimas décadas, o Brasil apresentou um significativo processo de desenvolvimento econômico que o colocou entre os países emergentes. Tornou-se reconhecido pelos organismos internacionais, tendo apresentado importante evolução no seu Produto Interno Bruto (PIB). Porém, a má distribuição de renda, de oportunidades, de inclusão econômica e social ainda mantém uma boa parcela da população na situação de pobreza. Segundo Condes a pobreza é

[...] de um fenômeno multidimensional e complexo, em que interagem diversos fatores socioeconômicos. Privações materiais, manifestas em termos de baixos rendimentos e níveis de consumo, encontram-se no cerne do problema e resultam em outros aspectos, como má nutrição e habitação de baixa qualidade. São mais comuns nas camadas pobres o acesso insuficiente a bens produtivos e a serviços públicos básicos, assim como ao mercado de trabalho, e as precárias condições de saúde e educação, além dos problemas de discriminação de sexo, restringindo-lhes o potencial de obtenção de renda. Aspectos como saúde debilitada ou mesmo estigmas sociais podem se constituir em barreiras para que pessoas saiam daquelas situações. Observa-se assim que a pobreza pode ser uma armadilha mais social que econômica, o que se desdobra ainda em sentimentos de vulnerabilidade e insegurança (CONDES, 2008, p. 26).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) retrata o nível de bem estar das pessoas, de forma mais efetiva do que o PIB, pois sintetiza o desenvolvimento social em

três aspectos básicos: educação, saúde e renda. O índice varia em uma escala de 0 a 1 e possibilita uma interpretação mais completa, englobando aspectos econômicos e sociais.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que o Brasil melhorou de posição no *ranking* mundial ocupando o 79º lugar no ano de 2013, o país registrou IDH de 0,744, ante 0,730 em 2012. Observamos que as políticas públicas de longo prazo que visam reduzir as desigualdades por meio da redistribuição de rendimentos e o acesso à educação e a saúde contribuíram com a melhoria do IDH do Brasil. No entanto, os desafios são enormes, como aponta a autora a seguir:

Há enormes desafios para se eliminar a injustiça, a desigualdade e sofrimentos desnecessários. Desse modo, políticas públicas de desenvolvimento baseadas em cidadãos ativos e na inclusão sociopolítica e econômica se tornam essenciais.

Neste sentido, para se desenvolverem, os países precisam de cidadãos escolarizados, informados e saudáveis e de um Estado que esteja disposto a prestar os serviços essenciais, garantindo a qualidade e a quantidade do crescimento econômico que possa satisfazer as necessidades de desenvolvimento (SANTOS, 2010, p. 4).

Os programas assistenciais são resultantes das decisões políticas tomadas por diversos atores sociais e, portanto, requerem “[...] diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar tais decisões [...]” (RUA, 2009, p. 19). Constituem-se de ações, metas e planos traçados pelos governos para alcançar o bem estar da coletividade. Portanto, são de extrema relevância para promover a inclusão social e o desenvolvimento local e regional. Assim, é responsabilidade do gestor público fazer o reconhecimento da realidade local, identificar os problemas de maior relevância e, a partir de um planejamento estratégico, elaborar políticas eficientes para tentar resolvê-los.

Nesse contexto, é válido destacar os objetivos das políticas públicas:

[...] a preocupação em corrigir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável. Assim, as políticas públicas se apresentam como instrumentos relevantes de execução de programas políticos de intervenção estatal na sociedade, com o propósito de propiciar igualdade de oportunidades aos cidadãos, objetivando assegurar-lhes as condições materiais mínimas para uma existência digna (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 82).

A partir dessas concepções, as políticas públicas são criadas com o objeto de resolver problemas sociais, sempre em prol da coletividade e do desenvolvimento, promovendo escolarização, conhecimento, saúde, serviços essenciais, que satisfaçam a inclusão sociopolítica e econômica.

Dentre os diversos setores que estruturam um país, a educação assume relevante papel para promover a igualdade social e desenvolvimento, pois possibilita a mobilidade social ascendente, na medida em que permite ao cidadão se apropriar da realidade e assumir posturas intervencionistas. Isso só é possível quando os sujeitos têm acesso ao conhecimento historicamente construído.

No que tange aos aspectos educacionais do Brasil, hodiernamente, podemos citar alguns resultados do Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que pesquisou se os 164 países que participaram do Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, no ano de 2000, conseguiram alcançar as seis metas de Educação para Todos de 2000 a 2015. Observemos os seis objetivos educacionais de amplo alcance estabelecidos no Fórum em Dakar, com prazo de serem cumpridos até o ano de 2015:

1. Expandir e melhorar educação e cuidados na primeira infância, principalmente para as crianças mais vulneráveis e em situação desfavorável;
2. Garantir que, até 2015, todas as crianças, principalmente meninas, crianças em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária completa, gratuita, obrigatória e de boa qualidade;
3. Garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam alcançadas por meio do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de habilidades para a vida;
4. Alcançar, até 2015, aumento de 50% no nível de alfabetização de adultos, principalmente entre mulheres, e o acesso igualitário à educação básica e continuada para todos os adultos;
5. Eliminar as disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com

foco em garantir o acesso completo e equitativo de meninas a uma educação básica de boa qualidade;

6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e garantir excelência para que resultados de aprendizagem mensuráveis e reconhecidos sejam alcançados por todos, principalmente em alfabetização, conhecimentos básicos em matemática e habilidades essenciais para a vida.

Os resultados do Relatório mostram que somente um terço dos 164 países alcançou as seis metas para a educação no período de 2000 a 2015, ou seja, apenas 57 deles. Enquanto o Brasil só conseguiu cumprir duas das seis metas mundiais para a educação: meta 2 (Educação primária universal) e objetivo 5 (Paridade e igualdade de gênero). O único país da América Latina e Caribe que alcançou as seis metas foi Cuba.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2012, constatou que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais foi avaliada em 8,7%, correspondendo a 13,2 milhões de analfabetos no Brasil.

Em relação à meta 6 (Qualidade da educação), a UNESCO destaca a necessidade de uma maior valorização dos profissionais da educação no país. E em relação à educação no mundo, a organização diz que a mesma, não é tratada da maneira como deveria. O relatório aponta que 58 milhões de crianças se encontram fora da escola, elucida também o fato de possuir cerca de 781 milhões de analfabetos no mundo e que a desigualdade social é considerada um empecilho para o acesso à educação de qualidade.

É interessante abordar os resultados de 2015, do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), trata-se de uma avaliação aplicada aos discentes na faixa dos 15 anos de 76 países. O Documento mostra os países mais bem colocados: 1º Cingapura, 2º Hong Kong, 3º Coréia do Sul, 4º Japão e 5º Taiwan. Então, os países asiáticos ocuparam as primeiras posições, assim é relevante conhecer características da educação nesses países, como afirma Prazeres (2015) em Cingapura o candidato à gestão escolar passa por uma triagem rigorosa e os professores iniciantes são supervisionados e apoiados pelos mais experientes e a Coréia do Sul se destaca pela ótima qualidade educacional, a rigorosidade na seleção dos professores, salário atraente e a valorização da carreira.

No *ranking* mundial o Brasil ocupa a 60^a posição em qualidade de educação, ficando entre os países com o pior desempenho em tal avaliação. Nesse sentido, é necessário que se invista em educação, em formação, valorização dos profissionais da área, e em infraestrutura. Na análise de Prazeres (2015) o Brasil fica com as últimas colocações nos *rankings* devido ao desequilíbrio dos investimentos, pois o maior investimento é feito no ensino superior, enquanto que a educação primária fica muito aquém. É necessário que o governo invista nas séries iniciais, pois com menos alunos chegando ao ensino médio e às universidades não se justifica os altos investimentos no nível superior.

Nesse contexto, é relevante descartar que hodiernamente o país enfrenta uma crise política e econômica, amplamente divulgada na mídia nacional e internacional, que ocorreu inicialmente por conta de escândalos de corrupção envolvendo partidos políticos e empresas de grande porte chamadas de empreiteiras, que mantinham contratos com a principal empresa estatal de economia mista do país a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). Após suspeitas e denúncias, em várias fases de investigação da polícia federal, foi comprovado e evidenciado o envolvimento de políticos dos partidos do governo brasileiro e dirigentes das empreiteiras no esquema de corrupção. Em decorrência da crise, agravada pelos escândalos de corrupção, o governo tem realizado contenção de gastos justificada também pelo crescimento da dívida pública. O cenário nacional gera consequências negativas para as políticas educacionais, pois este ano o corte no orçamento do Ministério da Educação foi de R\$ 9,4 bilhões e o governo já anunciou contenção de gastos além da redução do orçamento previsto para a educação no ano de 2016, Zinet (2015).

Os números divulgados anteriormente elucidam o cenário educacional no Brasil, explicado pela desigualdade e exclusão, demonstrando assim, o tratamento secundário da educação no país devido a sua herança histórica. Nesse contexto, vê-se a necessidade de valorização das políticas educacionais, partindo do princípio de que a educação consubstancia-se no mais importante veículo de conscientização e transformação social, pois tem a função de formar cidadãos sujeitos do seu pensar, cumpridores de deveres e capazes de reconhecer e reivindicar direitos.

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou

explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987, p. 69).

Como indica Freire (1979), a conscientização do cidadão requer a aquisição de conhecimento para provocar a aproximação crítica da realidade. Nesse sentido, a educação humanizadora é aquela que objetiva construir uma sociedade justa e democrática respeitando a realidade do aluno. Pela educação o ser humano analisa criticamente e reconstrói sua realidade a fim de conquistar qualidade de vida e contribuir com o desenvolvimento social.

2.1 A Assistência Estudantil no Brasil

A Assistência Estudantil no Brasil surge a partir dos movimentos sociais, uma história de luta contra o regime militar e pela promulgação de uma nova Constituição Federal, assim, em 1987 se destacaram duas frentes políticas de discussão sobre questões educacionais: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), defendendo a integração regional e nacional das instituições superiores e trabalhando em prol dos alunos de baixa renda, em busca de igualdade de oportunidades, condições básicas para a permanência e a conclusão, contribuindo e prevenindo assim, a erradicação, a retenção e a evasão escolar, como nos indica Vasconcelos (2010).

Um marco importante em relação aos direitos sociais no país foi a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Na carta magna a educação é considerada um direito social, promovido pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 2014a).

No âmbito da Constituição Federal (1988), a educação é direito social, devendo ser promovida pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal que têm a obrigação de garantir, dentre outros aspectos, a gratuidade em estabelecimentos oficiais, a qualificação para o trabalho e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Seguindo os fatos históricos, a década de 1990 foi marcada pela Nova República, com eleições diretas para presidente, onde o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, foi eleito. O seu governo adotou políticas neoliberais e inseriu o país na lógica da globalização do capitalismo. Entretanto, Collor logo foi destituído do poder e substituído por Itamar Franco, um período de grande mobilização dos educadores organizados como descreve Vieira (2007).

Para cumprir a exigência constitucional, do direito social a educação, o Brasil, na década de 1990, ainda no governo de Itamar Franco, em compromisso assumido na Conferência Mundial de Educação Para Todos, criou as políticas de “Educação Para Todos” que permanecem até os dias atuais.

A eleição seguinte elegeu Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Seu governo deu continuidade às reformas iniciadas na gestão de Collor reforçando as políticas de Estado mínimo neoliberal. Na área educacional em 1996, foram aprovadas duas Leis: Nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e Nº 9.424/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). É importante destacar que assim como a Constituição de 1988, a (LDB) abrange o princípio de igualdade nas condições de acesso e de permanência nas instituições de ensino, para promover a inclusão das classes menos favorecidas da população.

De acordo com Vieira (2007), nesse período o governo centralizou a definição das políticas educacionais e descentralizou sua execução sem levar em consideração as diversidades regionais. Dentre as políticas educacionais relevantes desse período podemos citar: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); Provão; Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO); Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa TV Escola; E Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO). No entanto, na política neoliberal, a educação é subordinada à lógica capitalista e passa a ser vista como uma mercadoria.

O resultado da atuação desse modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas Instituições Federais de Ensino Superior, além da ausência, ou pode-se dizer, a inexistência, de uma política efetiva de Assistência Estudantil (VASCONCELOS, 2010, p. 606-607).

No estado neoliberal as políticas de assistência estudantil estão sujeitas às políticas econômicas que reduzem a educação a um produto, ou seja, a demanda do capital no viés dos organismos multilaterais internacionais, como Banco Mundial, UNESCO, Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Nos períodos governados por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as propostas educacionais anteriores tiveram continuidade. Contudo, as políticas deste governo diferiram do outro pela abertura e compromisso com as demandas das classes sociais mais desfavorecidas. A concepção de desenvolvimento muda, pois o foco foi colocado nas questões sociais e a formação profissional técnica foi fortalecida e passou a fazer parte das políticas do governo federal, com o objetivo de reduzir a desigualdade. Segundo Vasconcelos (2010) foram implementadas modificações na área da educação, como a intenção de implementar uma Reforma Universitária, implantação e incentivo da educação à distância (EaD), implantação do Programa de Ensino Profissionalizante (PEP), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros.

Como assevera Saviani (2009) em relação ao PDE, algumas ações postas em prática, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, implantou ações concretas em busca de soluções em relação à herança histórica na qualidade da educação escolar.

Em relação ao Programa de Ensino Profissionalizante, Pacheco (2011), assegura que a educação profissional e tecnológica é uma política pública, devido às fontes de

financiamento e ao custo social, pois proporciona a inserção cidadã de milhares de brasileiros. Nos últimos anos receberam atenção especial os níveis superior, tecnológico e técnico, pois formam profissionais que impulsionam o desenvolvimento econômico regional e local. Nesse sentido, as políticas públicas e os programas voltados para a educação profissional demarcaram o cenário nacional. É importante considerar que tais medidas contribuem para que alunos em vulnerabilidade socioeconômica possam se dedicar aos estudos em condições de maior igualdade em relação às políticas para a educação profissional implementadas pelos governos anteriores.

Nesse período, o marco histórico em relação à assistência estudantil foi a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em dezembro de 2007, graças aos esforços dos profissionais da educação e dos discentes. Fato relevante, que como afirma Vasconcelos (2010), o incentivo financeiro governamental ajuda os alunos de baixa condição socioeconômica, que sem a assistência estudantil acabariam abandonando o curso por não conseguirem se manter e acabariam se submetendo a subempregos e em alguns casos abandonando em definitivo a qualificação profissional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) coordena e supervisiona as atividades de ensino em todos os níveis e busca reduzir os altos índices de déficit escolar apontados por indicadores nacionais e internacionais, tentando assim, resolver os problemas históricos na qualidade do ensino.

Em 2010, foi sancionada uma lei que criou o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual tem por objetivo melhorar a qualidade e o sistema educacional brasileiro até 2020 e atingir um investimento de no mínimo 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. O investimento atual é de 6,1% do PIB, o que representa um grande avanço (PRAZERES, 2015, p. 2).

Em 2010 o Projeto de Lei do PNE destinado para o decênio 2011-2020 trouxe metas estratégicas para todos os níveis da educação brasileira. No projeto podemos destacar a meta de número doze que trata da assistência estudantil e visa desenvolver programas para ampliar as taxas de acesso nas Instituições Federais de Ensino.

Saviani (2009) também faz referência à importância de o Estado brasileiro aumentar o investimento em educação, entretanto, passando a investir bem mais, sendo 8% do PIB, dessa forma, segundo o autor teríamos escolas bem equipadas, atraentes e em tempo integral, professores dotados de formação e auferindo salários gratificantes à altura de sua importância social, assim melhoraria a qualidade do sistema educacional no país.

Porém, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) econômico e social do governo atual não aparece uma política de investimentos em educação consistente. O mandato atual é o da presidente Dilma Vana Rousseff que teve início em 2011 e permanece dando continuidade às políticas educacionais do governo Lula.

Dentre as atuais políticas voltadas para a assistência estudantil no Brasil, podemos citar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (Anexo A), é umas das políticas públicas educacionais voltadas para a educação de nível superior e profissionalizante. Podemos observar no artigo 1º a finalidade e no artigo 2º seus objetivos:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2015j).

Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil busca democratizar as condições de permanência, diminuir os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir a evasão e promover a inclusão social. Podemos inferir que de acordo como o parágrafo 1º do art. 3º, as ações deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2015j).

Conforme Vasconcelos (2010) para que o aluno possa se desenvolver é necessário ensino de qualidade associado a uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, necessitando também de material didático, equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação e a oportunidade de participação em eventos acadêmicos e culturais.

Por sua vez, Rosa (2015) também dispõe, no mesmo sentido:

A inserção dos estudantes, em situação de vulnerabilidade social e econômica, em programas de assistência estudantil pode contribuir na permanência e êxito deles nas instituições de educação no Brasil, tendo em vista as atividades escolares que demandam recursos financeiros, tais como: custeio de vale-transporte, alimentação, material didático, fotocópias, taxas de inscrições de cursos e participação em eventos escolares, moradia, entre outros (ROSA, 2015, p. 121).

Assim, os programas de assistência estudantil se tornam mecanismos fundamentais e efetivos, na medida em que favorecem a redução das desigualdades educacionais, pois permitem que a classe de baixo poder econômico, tenha acesso à educação de qualidade e permaneça na escola até a conclusão do curso. Dentre as políticas públicas educacionais podemos citar também a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a Lei de Cotas que surgiu com o intuito de proporcionar a inserção de milhares de cidadãos. A política de inclusão em relação ao acesso é a Lei de Cotas nº 12.711, de 29/08/2012 que amplia o acesso às universidades e também aos Institutos Federais, destinando 50% das vagas aos alunos provenientes de escolas públicas, negros, pardos e índios. Atendendo assim, ao princípio da igualdade: “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualam” (BASTOS, 1978, p. 225).

No Brasil, em sua condição de país periférico (ou, “emergente”, como querem alguns), a redução da pobreza e das desigualdades sociais é crucial para o aprofundamento da democracia e para a realização da nossa coesão social. Temos feito esforços, sem dúvida. E temos conseguido alguns êxitos, na busca destes objetivos. Os erros e acertos deste percurso, cabe a todos – especialmente aos servidores públicos deste país – analisar e criticar. E, sobretudo, reinventar caminhos (SANTOS, 2009, p. 21).

Assim, cabe ao pesquisador lançar um olhar crítico e reflexivo sobre as ações que estão sendo praticadas a fim de constatar se essas políticas públicas educacionais de assistência aos estudantes são efetivamente implementadas. Para tanto, o Instituto Federal Baiano, *campus* Teixeira de Freitas-BA foi delimitado como campo dessa pesquisa.

2.2 Educação Profissional Técnica e Tecnológica Federal

A educação profissional é uma modalidade de ensino de bases científica, tecnológica, cultural e profissional que objetiva contribuir com trabalho, emprego e renda

e é organizada para atender as demandas do mercado de trabalho. É válido ressaltar que a história da educação profissional no Brasil é marcada por características assistencialistas, pois o ensino era destinado aos menos favorecidos socialmente e/ou economicamente.

Conhecer o processo histórico que traça o contexto político de determinado fenômeno contribui significativamente para a sua compreensão, pois permite ao pesquisador articular no presente, indagar o passado e projetar um futuro melhor. Nesse sentido, passamos a descrever brevemente a educação profissional federal no Brasil.

Respaldados em Cunha (2005) e em algumas normativas verificamos que a rede federal de ensino profissional teve início em 1909, pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro, pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, com a criação das dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, em várias regiões, que tiveram como objetivo ensinar ofícios a menores e também ministrar o ensino primário. Na Era Vargas, a Lei 378/1937, transformou as escolas em Liceus Industriais. Com o passar dos anos e as mudanças econômicas progressivas ocorridas, em 1942, os Liceus se transformaram em Escolas Industriais e Técnicas, normatizadas pelo Decreto 4.127/1942, educação profissionalizante com o objetivo de qualificar mão de obra para a indústria e o comércio.

Ainda na década de 40 instituições complementares, foram criadas para ofertar formação profissional aos trabalhadores brasileiros, em especial, da indústria e comércio:

- Janeiro de 1942 – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Julho de 1946 – Serviço Social da Indústria (SESI);
- Janeiro de 1946 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- Setembro de 1946 – Serviço Social do Comércio (SESC).

De acordo com Almeida (2010), a formação profissional técnica sofreu significativas mudanças com a Lei Federal nº 1.076/1950, oficializando a correspondência entre o ensino acadêmico e profissionalizante, anos depois, como afirma Cunha (2015), o governo de Getúlio Vargas promulgou e formalizou legalmente essa equivalência a partir da Lei Federal 1.821/1953.

Ainda de acordo com Cunha (2015), no governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, as escolas se tornam autarquias e passam a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. Dois anos depois, como nos indica Almeida (2010), a Lei Federal nº 4.024/1961 instituiu as diretrizes e bases para a educação e definiu os níveis educacionais e a equivalência entre ensino médio e profissional.

A rede federal precisou se adequar às demandas do desenvolvimento econômico e em 1978, três Escolas Técnicas Federais se converteram em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, e com o tempo a transformação se estendeu as demais instituições, Cunha (2015).

Um marco importante em relação à educação foi a promulgação da Lei Nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), citada anteriormente, onde a educação no país se tornou obrigatória e passou a ser dividida em dois níveis: Educação Básica - ensino fundamental e o ensino médio; e a Educação Superior. Nesse contexto, a educação profissional ficou à parte, pois não integra a educação regular do Brasil.

Na época do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no Estado mínimo neoliberal, o ensino é subordinado à lógica capitalista. Em 1997, a reforma da educação profissional no Brasil, atendeu a demanda do mercado, separando a educação técnica do ensino médio, extinguindo assim a modalidade integrada, por meio do Decreto 2.208/1997. A partir do decreto a educação profissionalizante ficou adormecida e só voltou a ganhar força, no governo Lula, com a promulgação do Decreto 5.154 de 2004 que revogou o Decreto 2.208/1997, mantendo a oferta dos cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente e restabelecendo a possibilidade de oferta da educação profissional e tecnológica em cursos técnicos integrados ao ensino médio. A educação profissional passou a ser desenvolvida de acordo com os artigos do Decreto 5.154 de 2004 elencados adiante:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores;

II – educação profissional técnica de nível médio; e

III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I – organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II – articulação e esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (BRASIL, 2015b).

A partir da promulgação do Decreto 5.154/2004, na educação profissional os cursos de formação inicial e continuada objetivam desenvolver aptidões para a vida produtiva e social do trabalhador. A educação profissional técnica de nível médio passa a ser articulada de três formas: integrada – cursa-se o ensino médio junto com o técnico; concomitante - cursa-se o ensino médio com matrícula distinta do técnico; e subsequente é oferecido para quem já concluiu o ensino médio. O curso de educação profissional técnica, concomitante ou subsequente, busca de forma rápida, em média dois anos, capacitar o sujeito para se inserir no mercado de trabalho. Entre os cursos de nível superior destacamos os cursos tecnológicos de graduação e de pós-graduação que formam para o mercado de trabalho em áreas específicas.

Na sequência, o fato marcante em relação à educação profissional do país aconteceu em 2008, quando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é expandida com a criação dos Institutos Federais (IF).

Como é possível observar na breve descrição histórica do ensino profissionalizante as mudanças ocorridas foram sempre pautadas no interesse econômico. Nesse sentido, podemos perceber que à educação são atribuídas duas funções: uma baseada em princípios mercadológicos, essencialmente material, com a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho consumidor, referendado pelos organismos multilaterais e pelo sistema capitalista; e outra emancipatória e transformadora, com a finalidade de capacitar o cidadão para intervir de forma crítica na sociedade.

Enquanto Freire (1979, 1987) trata da educação libertadora e humanizadora que forma cidadãos que analisam criticamente e reconstróem sua realidade em busca de qualidade de vida e desenvolvimento social, Frigotto (2000) estuda a relação entre educação e trabalho referendada pelas recomendações dos organismos multilaterais internacionais, nas categorias: a) sociedade do conhecimento; b) qualidade total; c) educação para a competitividade; d) formação abstrata e polivalente pautada na necessidade de conservar a natureza excludente das relações sociais e atender as exigências do mercado. Tais enfoques economicistas acabam por reduzir a educação a um mero produto, em decorrência da articulação com os interesses econômicos, políticos e culturais dos grupos ou classes sociais. Assim, a educação acaba sendo influenciada

pela ideologia dominante, nesse contexto, o mercado atrelado ao avanço tecnológico gera exploração e alienação.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 2000, p. 26).

Assim como Frigotto, Libâneo (2006) faz severas críticas ao modelo social capitalista vigente e argumenta que na visão dos organismos financeiros internacionais e das entidades supranacionais, a educação e o conhecimento passam a ser força motriz e eixos de transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. Uma visão economicista e mercadológica, proveniente da atual reestruturação produtiva do capitalismo, onde o papel da educação é capacitar trabalhadores polivalentes, flexíveis, versáteis, qualificados intelectual e tecnologicamente, com o objetivo de satisfazer as exigências do sistema produtivo.

[...] tanto a integração econômica quanto a valorização da educação básica geral para formar trabalhadores com capacidade de abstração, polivalentes, flexíveis e criativos ficam subordinadas à lógica do mercado, do capital e, portanto, da diferenciação, segmentação e exclusão (FRIGOTTO, 2000, p. 145).

Nesse sentido, a educação destinada à formação de mão de obra a partir da demanda do capital não pondera as necessidades humanas no exercício da cidadania, mas sim, a necessidade do mercado. Portanto, não se trata de uma educação democrática, equalizadora, formadora e distribuidora de cidadania, pois segundo Libâneo (2006), ao invés de proporcionar inclusão social adota a lógica da competição. Nesse viés, Frigotto (2011) assevera que na visão do mercado não há sociedade, mas sim, indivíduos em competição e no mundo de acumulação flexível, não existe lugar para todos, só para os mais competentes.

Freire (1996) fortalece essa concepção ao afirmar que formar vai muito além do que treinar o educando no desempenho de suas “destrezas”. O autor também critica permanentemente a “malvadez neoliberal”, o cinismo de sua ideologia fatalista e a sua recusa ao sonho e à utopia.

Com o intuito de se opor à malvadez neoliberal a educação precisa oferecer um ensino crítico, criativo, empenhado pela busca da transformação social, fortalecendo assim, a cidadania e a democratização do conhecimento, dessa forma, seria possível ir contra a ideologia capitalista que comercializa ideias e destrói sonhos e fantasias.

De acordo com Libâneo (2006) na atual situação de revolução tecnológica, sociedade de conhecimento e de aprendizagem é necessário que a educação dote os sujeitos sociais de competências e de habilidades para a vida social, econômica e cultural, evitando assim, novas formas de divisão social e contribuindo com a construção de uma sociedade democrática, na forma e no conteúdo.

De tal modo, a educação emancipatória, contribui para a formação da consciência crítica, proporcionando assim, a transformação da sociedade, pois leva em consideração as necessidades da classe trabalhadora. Trata-se de uma educação transformadora, que, na compreensão de Frigotto (2000), possibilita a discussão e o questionamento das relações de dominação e exploração, na medida em que instiga a tomada de consciência da realidade e sua leitura crítica.

Portanto, a educação não deve apenas pautar-se na formação de trabalhadores para o mercado de trabalho, mas sim servir como instrumento para capacitar o cidadão para intervir e modificar sua realidade. Esse princípio se encaixa nas propostas dos Institutos Federais, pois como destaca Pacheco (2010) um dos grandes desafios é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribuindo assim, com o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas.

Assim, a formação profissional, técnica e tecnológica precisa contribuir com a autonomia do aluno, para que o mesmo tenha a capacidade de se adaptar as constantes transformações, sejam elas, tecnológicas, científicas e econômicas, a partir da produção e democratização do conhecimento e do desenvolvimento de competências.

2.2.1 Institutos Federais

A educação emancipatória é um dos fatores que contribuem para a mudança da ordem social. Nesse panorama, a proposta de educação emancipatória dos Institutos Federais (IF) oportuniza uma educação inclusiva, transformadora, pois

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias. Essas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (PACHECO, 2011, p. 49-50).

Assim, os Institutos Federais passam a ser vistos como instrumento no processo de transformação social, pois buscam promover a justiça social e valorizam a educação que transpõe o desenvolvimento científico e tecnológico, dando ênfase a formação humana e ao exercício da cidadania.

Os IF ganham atenção especial a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que teve início no final do ano de 2008, instituída pela Lei Nº 11.892, com a criação dos Institutos Federais.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui uma ação afirmativa de assistência estudantil, pois os IF buscam promover inclusão social oferecendo prioritariamente educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade, buscando cumprir os princípios de equidade, justiça social, interiorização da educação técnica e desenvolvimento regional. Os Institutos Federais são autarquias, possuem autonomia administrativa e pedagógica. Podem criar e extinguir cursos e registrar os diplomas dos cursos oferecidos com a autorização do seu Conselho Superior, que

[...] em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores, e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (PACHECO, 2011, p. 16).

Ofertam ensino, pesquisa e extensão, agem estrategicamente em uma determinada região em busca de inclusão social e desenvolvimento regional, oferecendo cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, ensino superior em licenciaturas e tecnólogos e ainda especialização, mestrados profissionais e doutorados. Buscando respeitar a ética, a diversidade cultural e a inclusão social, oferecendo assim um ensino crítico e plural.

A história da educação profissional no Brasil teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices e atualmente, em 2015, com 106 anos de

existência, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica conta com 562 instituições em atividade, que estão presentes em todo o território nacional.

O Ministério da Educação (MEC) investiu R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional. São quatro tipos diferentes de Instituições que compõem a educação profissional no Brasil: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Universidade Tecnológica Federal, no ano de 2014, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1– Instituições Federais de educação profissional no Brasil 2015

Estado	Instituição	Campi
Acre	Instituto Federal do Acre	7
Alagoas	Instituto Federal de Alagoas	16
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	1
Amapá	Instituto Federal do Amapá	4
Amazonas	Instituto Federal do Amazonas	13
Bahia	Instituto Federal Baiano	11
	Instituto Federal da Bahia	21
Ceará	Instituto Federal do Ceará	26
Distrito Federal	Instituto Federal Brasília	11
Espírito Santo	Instituto do Espírito Santo	22
Goiás	Instituto Federal de Goiás	15
	Instituto Federal Goiano	11
Maranhão	Instituto Federal do Maranhão	27
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	1
Mato Grosso	Instituto Federal do Mato Grosso	17
Mato Grosso do Sul	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	8
Minas Gerais	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	9
	Instituto Federal Sudeste de Minas	9
	Instituto Federal de Minas Gerais	17
	Instituto Federal Sul de Minas	9
	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	10
	CEFET's	10

	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	4
Pará	Instituto Federal do Pará	16
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	2
Paraíba	Instituto Federal da Paraíba	13
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	3
Paraná	Instituto Federal do Paraná	25
	Universidade Tecnológica	12
Pernambuco	Instituto Federal de Pernambuco	13
	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	8
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	1
Piauí	Instituto Federal do Piauí	20
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	3
Rio de Janeiro	Instituto Federal do Rio de Janeiro	11
	Instituto Federal Fluminense	13
	CEFET's	8
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	1
Rio Grande do Norte	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	21
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	3
Rio Grande do Sul	Instituto Federal Sul Rio Grandense	14
	Instituto Federal Farroupilha	12
	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	17
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	2
Rondônia	Instituto Federal de Rondônia	8
Roraima	Instituto Federal do Roraima	6
	Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades	1
Santa Catarina	Instituto Federal de Santa Catarina	22
	Instituto Federal Catarinense	16
São Paulo	Instituto Federal de São Paulo	34
Sergipe	Instituto Federal de Sergipe	9
Tocantins	Instituto Federal de Tocantins	12

Dentre as instituições Federais podemos destacar os dois Centros de Educação Tecnológica, o Colégio Pedro II e os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, alguns estados receberam um e outros dois ou mais IF, o estado com o maior número de unidades foi Minas Gerais com cinco institutos. Assim, em 2014 o país contou com 354 instituições Federais e em 2015 conta com 562, são 208 novas unidades.

Os IF fazem parte da expansão da Rede Federal por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), estão presentes em todos os estados brasileiros, em virtude da interiorização do ensino profissional e da inclusão social, uma ação política estratégica, pois busca contribuir com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país.

A nova estrutura dos Institutos também permitiu a formulação de propostas de inclusão social que viessem a favorecer a melhoria das condições de vida de grupos em desvantagem social e que reconhecessem na diversidade, uma forma diferenciada de contribuir para o exercício do direito à educação de qualidade para todos os segmentos da sociedade excluídos dos processos de formação profissional (STROISCH, 2012, p. 60).

Com a interiorização dos IFs, surgiu a necessidade de fortalecer a assistência estudantil para atender aos discentes em desvantagem social, constituída por questões sociais, históricos e culturais, o que pressupõe igualdade de condições.

2.2.2 Nasceu a Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas-BA e se Tornou Instituto Federal Baiano – a Trajetória Histórica

A Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas-BA passou a existir desde 27 de fevereiro de 1980, quando foi celebrado um Contrato de Comodato entre o Governo do Estado da Bahia, através do Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) para implantar as Escolas Agrotécnicas nas cidades de Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas.

De acordo com os documentos relacionados à área da Escola Agrotécnica, em 1977 a Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia adquiriu um terreno de 150 ha, através de desapropriação para construção e instalação da Escola Agrotécnica de Teixeira de Freitas, conforme Escritura Pública registrada sob matrícula nº 561 no Cartório de Registro de Imóveis de Caravelas/BA. Essa aquisição está detalhada no Registro de

Imóveis datado de 20 de março de 1978, onde mostra que a área foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação através do Decreto nº 25.826 de 05 de setembro de 1977, do Estado da Bahia.

Assim, foi instalada no ano de 1980, a Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC (EMARC) – Teixeira de Freitas, especializada em ensino profissional e médio, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Suas atividades iniciaram em 14 de abril de 1980 em uma região estratégica de economia rural de acordo com a Lei 5.692/1971.

Foi reconhecida como Estabelecimento de Ensino do 2º Grau com Habilitação Técnico em Agropecuária pela Resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE) 021/1990, publicado no Diário Oficial de 04/06/1990. De acordo com o artigo 1º da Resolução como pode ser observado no trecho que seguiu: “Reconhecer nos termos do Parecer CEE – 057/90, a Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC, sede do município de Teixeira de Freitas, como estabelecimento de 2º Grau, com habilitação: Técnico em Agropecuária”.

A escola fica localizada na BR 101, Km 882, na zona rural, a 12 Km do centro da cidade de Teixeira de Freitas. De acordo com os registros escolares e alguns projetos pedagógicos da EMARC se tornou possível constatar que os técnicos formados em Agropecuária atuam no município e na região. A região apresenta um clima úmido e subúmido e se destaca na produção de mamão, abóbora, melancia, melão, feijão, maxixe, quiabo, que são lavouras de ciclo curto e também nas monoculturas de cana-de-açúcar, café, cacau e eucalipto. Os profissionais oriundos da EMARC também atuam no comércio de adubo, defensivos, sementes e implementos agrícolas.

De acordo com os dados, obtidos nos registros documentais, a EMARC de Teixeira de Freitas formou, ao longo dos seus 30 anos de história, aproximadamente 1500 técnicos em Agropecuária, em torno de 450 alunos do Ensino Médio e ofereceu cursos diversos a mais de 2000 pessoas. A partir dessas informações pode-se perceber o quanto a Escola Agrotécnica contribuiu para o desenvolvimento local e regional entre os anos de 1980 e 2010, quando a escola deixou de ser EMARC e se tornou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

A transição de EMARC para IF Baiano se deu a partir da Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Seu

Capítulo II, Seção I, art. 5º, inciso VI, versa sobre a criação do “Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antônio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim”.

Já o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, teve origem a partir da Escola Média de Agropecuária Regional (EMARC), no ano de 2010, com a posse do diretor geral *pró-tempore*.

Efetivada a partir do Decreto Federal nº 7.952, de 12 de março de 2013, que em seu artigo 2º determina:

- I - Integrar as EMARCs aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme sua localização, de acordo com o art. 5º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, na condição de unidades de ensino;
- III - destinar os recursos orçamentários necessários à manutenção das unidades de ensino, à contratação de serviços e à aquisição dos bens necessários ao seu funcionamento;

As portarias nº 331 de 23/04/2013, nº 505 de 10/06/2014 e outras do Ministério da Educação também confirmam a criação do *campus* de Teixeira de Freitas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

O *campus* Teixeira de Freitas atende alunos da região e oferece cursos nas modalidades à distância e presencial. Dentre os presenciais, na modalidade integrada ao Ensino Médio são ofertados os cursos técnicos de Administração, Agropecuária e Florestas, e na modalidade subsequente ao Ensino Médio os cursos de Administração, Agropecuária, Florestas e Hospedagem. A modalidade a distância já formou técnicos em Logística, Segurança do Trabalho, Serviços Públicos e Secretaria Escolar do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (Profucionário). Formando profissionais que irão contribuir com o desenvolvimento local e regional, com os aspectos sociais e políticos de forma crítica e também com o crescimento econômico.

É válido ressaltar que, em audiência pública realizada no dia 07 de julho do corrente ano, na Câmara de Vereadores, foi aprovada por unanimidade a criação do curso superior em Engenharia Agrônômica, previsto para começar em 2016.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em busca de respostas para o problema da pesquisa, bem como para dar cumprimento do objetivo geral e em consonância com as ideias de Gil (2002) optamos por realizar uma pesquisa de campo que priorizasse a observação direta do grupo estudado. Assim, escreve o autor, o estudo de campo, tipicamente

[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

Partindo desse pressuposto, a pesquisa de campo realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas-BA, permitiu a observação direta dos métodos e estratégias que definiram a implantação das políticas públicas de assistência estudantil oferecidas à comunidade de estudantes do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas.

Conforme preconizam Marconi e Lakatos (2013), fizemos a pesquisa de campo com o objetivo de captar informações e/ou conhecimentos sobre o fenômeno em pauta. Nessa perspectiva, a pesquisa teve início no ano de 2014 quando foram realizadas algumas visitas ao IF Baiano de Teixeira de Freitas e tivemos conversas informais. Em seguida demos início ao levantamento bibliográfico. Por conseguinte, com a autorização da Direção, a pesquisa de campo começou a ser desenvolvida e assim foram solicitados documentos para análise, bem como o planejamento das entrevistas, das aplicações de formulários e do desenvolvimento dos grupos focais. A interpretação das informações obtidas a partir dos instrumentos de coleta de dados possibilitou a elaboração dos resultados e assim a pesquisa foi concluída em novembro de 2015.

Em primeiro lugar, começamos a elaborar o levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas de assistência estudantil, educação, inclusão social, ensino profissionalizante, entre outras literaturas especializadas. Como assevera Moreira (2008) a revisão da literatura é parte central da pesquisa, ajuda a focar mais diretamente o problema, identificar os conceitos importantes que estão sendo usados, contextualizando assim, o problema da pesquisa em um modelo teórico mais amplo.

Para cumprir o primeiro objetivo proposto foi utilizado o método exploratório para que pudéssemos ter uma visão geral acerca do fenômeno estudado, como recomenda Moreira (2008). O método descritivo foi utilizado com a intenção de contribuir para que os problemas relacionados à Inclusão Social dos alunos possam ser resolvidos e as práticas concretizadas como políticas públicas de Assistência Estudantil, pelo Instituto, pudessem ser melhoradas. Nesse sentido, fizemos uma observação objetiva e minuciosa, construímos a análise e a descrevemos todo o processo que resultou neste relatório.

Desse modo, foi realizada a análise documental das normativas relacionadas ao tema pesquisado, entre elas as nacionais, dos artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988 que tratam exclusivamente do direito à educação; dos Princípios e Fins da Educação Nacional do artigo 3º, I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB); do Plano Nacional de Educação 2014-2024; do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado em 2007 pelo Ministério da Educação, através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; e da Lei nº 11.892, de 12 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Também foram investigadas as normas regionais: o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2009); a Assistência Estudantil do IF Baiano, aprovada pela Resolução nº. 04 de 29 de março de 2011, que conta com vários programas, em especial o PAISE; e os Editais do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante elaborados pela Reitoria. Além desses, foram averiguados os documentos do *campus*: os Editais de Seleção para o PAISE, os resultados finais das seleções, os dados financeiros e estatísticos do PAISE, no período de 2011 a 2015 e as ações que buscam garantir o acesso e a permanência na escola dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, no *campus* Teixeira de Freitas. Assim, descrevemos como o PAISE, o programa de maior relevância da Assistência Estudantil no *campus* vem sendo administrado na instituição.

Em seguida, em busca de cumprir o segundo e o terceiro objetivos específicos, fizemos a coleta dos dados. Utilizamos as técnicas da entrevista, formulários e grupos focais aplicados em determinadas amostras, que estão resumidas no Quadro 1.

Para melhor conhecer o problema, contamos com a colaboração dos sujeitos diretamente envolvidos: alunos, professores, técnicos administrativos e gestores. Seguindo a recomendação de Gil (2002), buscamos investigar os informantes que auxiliassem no sentido de captar as explicações e as interpretações do grupo pertencente

à comunidade do IF Baiano de Teixeira de Freitas sobre o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante, e assim revelar como o mesmo colabora para que os alunos efetivem os seus estudos e de que maneira contribui com a inclusão social dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Quadro 1- Técnicas de pesquisas e sujeitos pesquisados

Técnicas de Pesquisa	Sujeitos envolvidos	Amostra
Formulário aplicado aos servidores	69	31
Entrevista	Gestor da CAE	1
Grupo focal com alunos contemplados	24	13
Formulário aos alunos contemplados ¹	168	84

Uma pesquisa é qualitativa quando “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e é coletado pela observação, descrição e gravação (MOREIRA, 2008, p. 73)”.

Nesse estudo optamos pela pesquisa qualitativa, uma vez que investigamos a maneira como ocorre a inclusão social dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica a partir do PAISE, fenômeno esse que não pode ser mensurável e apreende a realidade a partir do que pensam os indivíduos envolvidos, uma vez que são elementos indissociáveis para compreender o processo social.

3.1 O Campo, a População e as Amostras

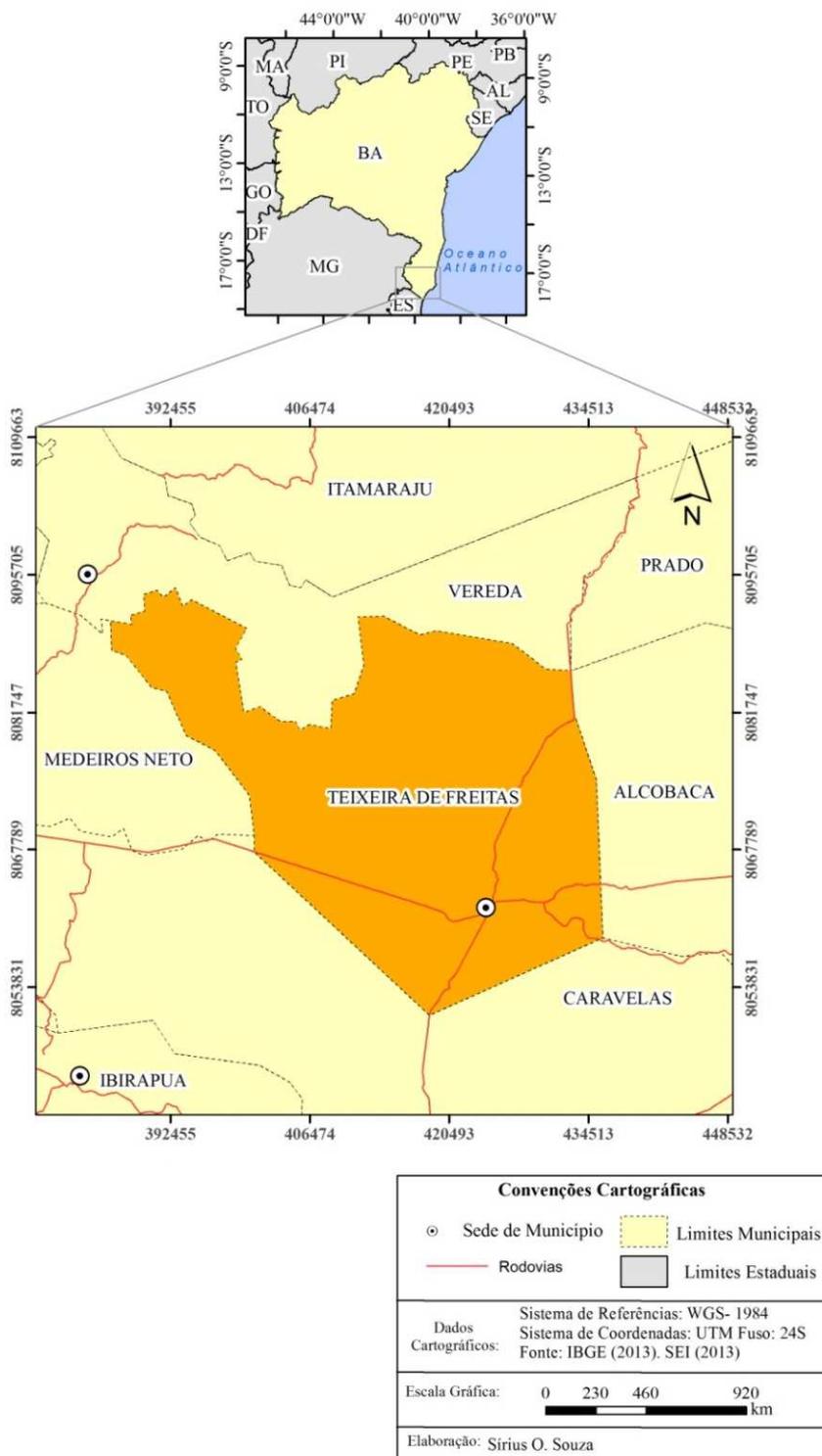
3.1.1 O Campo

O campo de pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas-BA, localizado na BR 101, Km 882, na zona rural, a 12 Km do centro da cidade de Teixeira de Freitas.

¹ Somente o quantitativo de discentes que recebem bolsa em dinheiro depositado em conta.

O município de Teixeira de Freitas está localizado no Extremo Sul da Bahia, como pode ser observado no Mapa 1, distanciado da capital Salvador por 805 Km, conta com uma população de 138.341 habitantes, área territorial de 1.163,871 Km² e densidade demográfica de 118,86 hab./Km².

Localização do Município de Teixeira de Freitas



Mapa 1 – Localização do Município de Teixeira de Freitas-BA

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município em 2010 foi de 0,685 enquanto o do Brasil no mesmo ano foi de 0,699, uma diferença de 0,014 (IBGE, 2010). Um aspecto relevante a ser destacado é a imigração, pois o desenvolvimento e o crescimento econômico de Teixeira de Freitas contribuem para que pessoas provenientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e de cidades vizinhas se instalem na cidade em busca de agronegócio, saúde, educação, comércio e eventos.

De acordo com as estimativas de Fernandes (2010), em 2000, Teixeira de Freitas possuía 38.678 trabalhadores, desses 14,8% estão no setor primário, 18,5% trabalham no setor secundário, 66,1% no setor terciário e 0,65% em atividades mal definidas. Levando em consideração que em 2000 a população era de 107.486 (IBGE), somente 35,98% estavam inseridas no mercado de trabalho.

Na área da educação a cidade conta com: Universidade Federal, Universidade Estadual, Universidade e Faculdades Privadas e Instituto Federal. Dentre as instituições de ensino merece destaque o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas que oferece educação profissional e tecnológica, do nível técnico de ensino médio, formando trabalhadores para o mercado local e para os municípios vizinhos, contribuindo com aumento da escolaridade, com o desenvolvimento local e regional, com os aspectos sociais e políticos de forma crítica e também com o crescimento econômico.

O Instituto oferece para a cidade de Teixeira e para os municípios circunvizinhos, cursos nas modalidades presencial: Administração, Agropecuária, Florestas e Hospedagem; e na modalidade a distância os cursos de: Logística, Secretaria Escolar, Segurança do Trabalho e Serviços Públicos. No início de ano de 2015 o Instituto atendeu 733 alunos, no mês de agosto o quantitativo de alunos caiu para 612 devido aos alunos que concluíram, trancaram a matrícula, solicitaram transferência e que evadiram.

3.1.2 População e Amostras

O universo da pesquisa foi constituído pelos docentes, discentes e pelo corpo de técnicos administrativos. Essas populações estão, quantitativamente, assim distribuídas: 69 servidores, 25 gestores e 612 alunos da modalidade presencial.

Dos 69 servidores, 46 são docentes e 23 técnicos administrativos em educação, dentre os quais 25 exercem, simultaneamente, funções de gestão na instituição. Para obter um número significativo de opiniões (amostragem) enviamos formulários para todos os servidores, porém 45% desta população (31 servidores) devolveram as respostas. Assim a amostra por conveniência só pôde ser definida ao final do prazo de preenchimento do formulário, quando se tornou possível identificar quantos profissionais se prontificaram a participar da investigação. Nesse contexto, a delimitação da amostra dos servidores foi pautada em uma amostragem por acessibilidade ou conveniência onde “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos (GIL, 1999, p. 102).

Entrevistamos o único gestor da instituição participante que interessava à pesquisa - o professor responsável pela Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) que administra os programas de assistência ao estudante. Nesse momento buscou-se conhecer suas opiniões e as especificidades dos programas. Este servidor está à frente da coordenação desde junho de 2013, portanto apresenta um largo conhecimento sobre o processo interno desenvolvido no *campus*.

Dos 612 discentes, 168 receberam bolsas de auxílios financeiros, referente ao processo seletivo de 2015 do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante. Foram enviados formulários para 100% dos alunos contemplados financeiramente pelo PAISE, dentre os quais, 84 (50%) retornaram as respostas. Para participar do grupo focal, convidamos 24 alunos, destes somente 13 participaram dos encontros, uma amostra intencional. Segundo Gil (1999) a escolha desse tipo de amostragem requer considerável conhecimento da população a ser estudada e da seleção dos subgrupos. Pontuamos que o coordenador da CAE cooperou com a escolha dos alunos a serem convidados para participar dos grupos focais, uma vez que estão em constante trato com alunos contemplados.

3.2 Os Instrumentos de Coleta de Dados

“Os estudos de campo requerem a utilização de variados instrumentos de pesquisa, tais como formulários, questionários, entrevistas e escalas de observação (GIL,

2002, p. 132)”. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados desta pesquisa de campo foram os formulários, um aplicado aos servidores (Apêndice B) e o outro aos alunos contemplados pelo PAISE (Apêndice E), o roteiro de entrevista com o gestor da CAE (Apêndice C), e o roteiro para realização de grupo focal com alunos (Apêndice D²).

Assim, com o escopo de conhecer a visão dos servidores e dos discentes que recebem auxílios financeiros, foram utilizados formulários como recomenda Gil (2002). Os formulários eletrônicos foram confeccionados a partir da ferramenta disponibilizada no “Formulários *Google*”. Antes de convidar todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, enviamos o *link* para 3 representantes de cada grupo, a fim de realizar o teste piloto. Isso possibilitou a realização de ajustes em algumas questões. A realização do teste piloto é muito importante, pois “Omitir essa fase pode significar que muito do esforço na elaboração do questionário possa ser desperdiçado (MOREIRA, 2008, p. 127)”.

As respostas dos formulários *Google* ficam armazenadas em forma de planilha, o que facilita a tabulação dos resultados. Um formulário identificado a partir de um determinado *link* foi encaminhado no dia 17 de julho de 2015 aos 69 servidores através do e-mail institucional do IF Baiano a todos os servidores do *campus* Teixeira de Freitas. O formulário é composto por nove questões, contendo perguntas fechadas e duas abertas, e teve como objetivo investigar como os servidores (técnicos e professores) percebem a administração do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) no *campus* e se o programa contribui com a inclusão dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, investigando assim, por meio de suas percepções, qual o impacto da assistência estudantil na vida dos discentes.

Assim, entre os dias 24/10 e 17/11/2015, o *link* do outro formulário foi encaminhado pelo e-mail e também por meio da rede social *Facebook* aos 168 estudantes contemplados com a assistência estudantil. O formulário dos discentes conta com nove questões, sendo duas abertas, duas fechadas e duas mistas, 84 alunos responderam ao formulário, o que possibilitou perceber a visão dos mesmos em relação ao PAISE em suas vidas escolares. Para preservar a identidade desses sujeitos, na análise dos resultados, os mesmos foram designados por número, que corresponde a ordem de recebimento das respostas.

² Adaptação do Roteiro utilizado por Raggi (2008).

Outro instrumento utilizado foi a entrevista previamente estruturada, que conforme Cruz

[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (CRUZ NETO, 1994, p. 57).

Assim, na tarde do dia 02 de outubro de 2015 na Sala da EaD do *campus* aconteceu a entrevista com o coordenador da CAE, que vivencia a realidade pesquisada, teve o intuito de coletar informações relevantes sobre o programa, alunos atendidos, ações realizadas, documentos, dificuldades enfrentadas e demais informações relevantes.

Para verificar de que maneira os auxílios estão contribuindo para a inclusão social dos discentes, ou seja, causando algum impacto positivo em sua vida estudantil, também foram constituídos dois grupos focais. Nesse sentido, aconteceram dois encontros em horários distintos para possibilitar a participação de alunos do integrado e também do subsequente.

De acordo com Gatti (2012) o grupo focal deve ser composto por seis ou doze participantes, assim convidamos 12 alunos para cada grupo, entretanto, compareceram 6 no grupo vespertino e 7 no grupo noturno, uma amostra de 13 alunos contemplados pelos auxílios do PAISE, nesse sentido, os grupos focais e os formulários aplicados aos estudantes contemplados com auxílios financeiros se complementaram como instrumentos de coleta e análise de dados. O grupo focal foi utilizado como instrumento de pesquisa porque

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (GATTI, 2012, p. 11).

O grupo focal proporciona a liberdade de expressão e a valorização das relações interpessoais. Trata-se de uma ferramenta eficiente para compreender como se deu o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais do grupo sobre a contribuição do PAISE no percurso escolar. Quanto ao grupo focal, o autor defende que

o mesmo permite criar “[...] condições para que este se situe, explicita pontos de vista, analise, infira, faça críticas, abra perspectivas diante da problemática para o qual foi convidado a conversar coletivamente (GATTI, 2012, p. 9).”

A coleta de dados se deu da seguinte forma, as discussões nos encontros foram gravadas em áudio para preservar o anonimato dos colaboradores da pesquisa. Contou com a presença de um moderador e um observador para os grupos e também um responsável pela transcrição das falas. Aconteceram dois encontros com grupos distintos, cada seção teve duração aproximada de uma hora e meia. O primeiro aconteceu no turno vespertino, que atendeu os alunos do integrado: 2º ano de Administração, 1º ano de Agropecuária, 3º ano de Florestas e o segundo, no turno noturno, que recebeu os discentes do técnico subsequente para possibilitar a participação dos alunos que trabalham durante o dia, a única turma pesquisada foi o II Semestre de Administração, já que o processo seletivo para os primeiros semestres dos cursos de Agropecuária, Florestas e Hospedagem é recente e o processo seletivo do PAISE para esses alunos ainda está em andamento. Na análise dos resultados os alunos foram nomeados como alunos do integrado e do subsequente respectivamente.

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envia esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avalie suas reais limitações e possibilidades (GONDIM, 2002, p. 12).

Por sua vez, Gatti (2012) também referencia que as pesquisas que utilizam grupos focais como técnica de coleta de dados precisam demonstrar cuidados na formação (planejamento, escolha dos participantes inclusive do moderador e do redator, duração mínima de uma hora e meia e máxima de três horas, local adequado e elaboração do roteiro para orientar e estimular a discussão e permitir que os objetivos da pesquisa não se percam no meio da discussão) e na condução dos grupos (interação entre os participantes, preocupação com os equipamentos de registro e com o anonimato dos participantes, realização de anotações por escrito e a capacidade do moderador de manter a discussão fluente e focada no tema pesquisado), pois esses aspectos são imprescindíveis à validade do trabalho.

Salientamos que realizamos a pesquisa na Instituição, sob a autorização da Direção (Apêndice F). Antes de se iniciar entrevista com o gestor e a realização dos

grupos focais foi solicitada a entrega do termo de consentimento (Apêndice A³), devidamente assinado, declarando a livre, espontânea vontade e gratuidade, em participar da pesquisa, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas através de entrevista e grupos focais, para que sejam utilizadas parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações. Os resultados serão publicados, porém, o conteúdo das informações estará sob sigilo, respeitando a confidencialidade e o anonimato das informações e os sujeitos da pesquisa não sofrerão nenhum dano ou risco.

³Adaptação da Observância Ética da Pesquisa utilizada por Kowalski (2012).

4 ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IF BAIANO, CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS

As pesquisas realizadas sobre a assistência estudantil, os estudos desenvolvidos na Instituição, a entrevista com o coordenador da CAE, os formulários aplicados aos servidores e aos 84 discentes e os grupos focais com 13 alunos contemplados com o PAISE enriqueceram os resultados do estudo. A entrevista com o coordenador foi plena de informações e bastante esclarecedora, os encontros focais permitiram lançar um olhar mais próximo e perceber as emoções e sentimentos expressos sobre a importância do PAISE na vida dos alunos e o formulário aplicado aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica favorecidos pelas bolsas permitiu conhecer de que maneira eles utilizam os auxílios e como isso contribui com sua formação escolar.

Para Matias-Pereira (2012), a qualidade da gestão das políticas públicas é essencial para a realização da justiça social e a avaliação é primordial para o seu sucesso. Na avaliação, as ações são retroalimentadas, os resultados e impactos são mensurados com o intuito de observar a alteração na qualidade de vida da comunidade beneficiada. Assim, a avaliação da gestão das políticas públicas busca promover se necessário o redimensionamento das ações e decisões adotadas.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é considerada uma política pública que oferece educação profissionalizante, democratização e interiorização do ensino, pesquisa e extensão.

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de observatórios de políticas públicas, tornando-as objeto de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as forças sociais da região. É nesse sentido que os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (PACHECO, 2011, p. 14).

Os resultados da pesquisa aplicada aos servidores revelam que 80% consideram que os Institutos Federais representam, por si só, uma política pública. No entanto, é preciso ressaltar que a forma do processo seletivo de ingresso utilizada até 2015 fere a missão dos IF que é pautada na promoção de justiça social, da equidade e da inclusão social, pois reduz as oportunidades de acesso do candidato. Como exemplo, podemos

citar o processo seletivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* Sertão (IFRS) que a partir da unificação da data do processo seletivo gerou impacto social, pois diminuiu as chances de ingresso do candidato. “Essa forma de tratamento do processo seletivo está em discordância com os objetivos dos Institutos Federais, as quais foram criados para ampliar o acesso dos estudantes a cursos profissionalizantes (PIVA, 2011, p. 38).”

Assim como constatado na pesquisa de Piva (2011), 60% dos servidores investigados também consideram o processo seletivo de ingresso excludente e contrário à missão dos Institutos Federais.

No entanto, com o intuito de tornar o processo seletivo de ingresso mais inclusivo, a Pró-Reitoria de Ensino e a Comissão Central do Processo Seletivo 2016, elaborou um edital diferenciado, onde será reservada uma cota de 70% das vagas para os candidatos provenientes de escolas públicas, não haverá taxa de inscrição o que facilitará a participação dos candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não será aplicada prova como nos processos seletivos anteriores, os candidatos serão avaliados pelas médias de Português e Matemática dos últimos três anos, a inscrição será realizada via internet e em seguida o candidato deverá levar os documentos solicitados ao *campus*, que disponibilizou durante o período de inscrição um computador com internet para atender aos candidatos.

De acordo o Edital Nº 66, o processo seletivo oferece três sistemas de vagas destinando: 25% para a ampla concorrência, 70% de cotas para estudantes oriundos de Escolas Públicas e 5% de cotas para pessoas com deficiência. A cota destinada aos alunos de escolas públicas é subdividida em 35% para alunos com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas; 20% renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e que não se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas; 10% renda per capita superior a um salário mínimo e meio e que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas; 5% renda per capita superior a um salário mínimo e meio e que não se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas. Entretanto, é uma experiência nova que não se conhecem os resultados e que acaba mantendo a exclusão pela via tecnológica, já que muitos candidatos e seus familiares não possuem habilidade, nem os meios necessários para realizar a inscrição no processo seletivo a partir do site do IF Baiano.

O Edital N° 66, de 18 de setembro de 2015: Processo Seletivo 2016 – para chamada nos cursos integrados e subsequentes, distribui as vagas como demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 – Vagas do Processo Seletivo 2016, *campus* Teixeira de Freitas

CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS										
CURSO	TURNO DE OFERTA	FORMA DE ARTICULAÇÃO	ESTUDANTES ORIUNDOS DE ESCOLA PÚBLICA				ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	TOTAL VAGAS COTAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	TOTAL DE VAGAS
			Estudantes com Renda Familiar Bruta igual ou inferior a 1,5 Salários Mínimos		Estudantes com Renda Familiar Bruta superior a 1,5 Salários Mínimos					
			Estudantes Pretos, Pardos e Indígenas	Demais Etnias /Raças	Estudantes Pretos, Pardos e Indígenas	Demais Etnias /Raças				
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	DIURNO/ INTEGRAL	INTEGRADA	12	7	4	2	2	27	8	35
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	NOTURNO	SUBSEQUENTE	12	7	4	2	2	27	8	35
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	DIURNO/ INTEGRAL	INTEGRADA	11	6	3	2	2	24	6	30
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	VESPERTINO	SUBSEQUENTE	12	7	4	2	2	27	8	35
TÉCNICO EM FLORESTAS	DIURNO/ INTEGRAL	INTEGRADA	9	5	3	1	1	19	6	25
TÉCNICO EM FLORESTAS	MATUTINO	SUBSEQUENTE	12	7	4	2	2	27	8	35
TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	NOTURNO	SUBSEQUENTE	11	6	3	2	2	24	6	30
TOTAL			79	45	25	13	13	175	50	225

Para proporcionar a inserção de milhares de cidadãos, o governo federal, além de criar a Lei de Cotas, também instituiu: a Política de Assistência Estudantil, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (Profucionário), como as políticas são abrangentes limitamos a análise sobre a Assistência Estudantil.

O Estado brasileiro elaborou, entre outras políticas públicas educacionais, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que está contido no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que favorece os alunos em vulnerabilidade social e contribui com a permanência e a conclusão do curso dos mesmos. Tal política pública educacional está voltada para os alunos da educação superior pública federal e também dos Institutos Federais e tem como objetivos democratizar as condições de permanência, diminuir as desigualdades sociais e regionais, reduzir a evasão e promover a inclusão social.

Não obstante, o coordenador da CAE, quando indagado sobre o assunto expôs que acredita que a política de assistência estudantil

[...] seja um programa importante... pra... a instituição a qual pertença que é o IF Baiano, porque ela lida com alguns fatores muito importantes... dentre eles, o acesso, a permanência e o êxito do aluno... no seu percurso formativo, então, eu acredito que ela tenha uma influência muito grande na vida do aluno, em geral, seja ele, do regime integrado, subsequente, ou mesmo do ensino superior (COORDENADOR - CAE).

A Assistência Estudantil do IF Baiano, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional, foi aprovada pela Resolução nº. 04 de 29 de março de 2011, e conta com vários programas, dentre eles, podemos destacar o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE); Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas (PROADA); Programa de Assistência Integral à Saúde (PRO-SAÚDE); Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico; Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (PINCEL); e Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica (PROPAC).

O PNAES é um programa nacional que dá autonomia para a instituição federal utilizar os recursos de acordo com as especificidades de sua região, objetivando fornecer subsídios em prol da permanência dos estudantes que sofrem com a insuficiência de condições financeiras. Desse modo, atende às orientações do PNAES, pois a partir do PAISE oferece os seguintes subsídios auxílio moradia, alimentação, transporte e creche para os filhos dos discentes; o PRO-SAÚDE e o Programa de Acompanhamento

Psicossocial e Pedagógico oferecem assistência à saúde, apoio pedagógico e inclusão digital; e o PINCEL possibilita a execução de atividades de esporte e cultura.

No entanto, o programa de maior relevância no *campus* é o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE), que além do Decreto nº 7.234/2010, também está pautado no Decreto Nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010 que trata da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária por instituições federais.

O PAISE é um programa de assistência estudantil que consiste em oferecer subsídios financeiros para o aluno permanecer estudando, um direito assegurado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil. O PAISE é administrado pela CAE e segundo o Edital de 2015 “visa contribuir para a permanência e a conclusão do curso do estudante em vulnerabilidade socioeconômica”.

O coordenador da CAE considera que o PAISE

[...] como um programa que constitui a política de assistência estudantil, acredito que seja um dos programas mais importantes... que justamente... mexe com auxílios financeiros... obviamente quando se mexe com auxílio financeiro, acho que, os próprios alunos, se for fazer uma pesquisa com os alunos dos programas da assistência, acredito que o PAISE para eles, sem dúvida é um dos mais importante, por quê? Porque é... vai auxiliá-los na verdade... a custear, a... não todas as despesas que eles necessitam, mas uma parte, uma boa parte vai custear para que eles possam... justamente conduzir o seu percurso formativo, com... menos problemas, digamos assim... então acredito, que assim, um dos programas mais importantes da política de assistência estudantil, justamente por isso (COORDENADOR - CAE).

Um aluno que participou do grupo focal considera o PAISE como um programa que ajuda e apoia bastante o aluno que tem dificuldades, fortalecendo financeiramente e auxiliando o mesmo a não trocar os estudos pelo trabalho.

Eu acho muito bom, interessante que ajuda muito a gente que estuda, tem dificuldade para vir até o colégio. Até dificuldade no trabalho e ajuda bastante mesmo. Que nem... nesse momento mesmo que eu estou estagiando essa ajuda, ajuda bastante, bastante mesmo é muito social. O dinheiro que vem já é de um grande apoio, pela quantidade de renda mesmo que a gente tem que é bem pouco, então fortalece mais a gente para poder tá (sic) no colégio. E que tem hora que você tem que decidir ou o trabalho ou a escola e infelizmente quando não tem outra opção é obrigado a você ficar com o trabalho, mas quando você tem outra opção você opta pelo estudo, no caso (sic) o PAISE ajuda bastante (ALUNO - SUBSEQUENTE).

Tanto o gestor, como os alunos expressaram uma opinião positiva sobre o PAISE uma vez que o consideram como uma ajuda, um auxílio. Porém, há que se observar que a expressão “direito” não aparece em nenhum momento da investigação. Nesse sentido, o discente se coloca em uma situação de subalternidade que está relacionada às características históricas da assistência social no Brasil. Não reconhece o PAISE como

um direito garantido por lei, pela Constituição Federal e conseqüentemente um dever do Estado. Essas manifestações indicam que essa temática necessita de investigações futuras, no sentido de compreender a perspectiva de formação que os alunos estão recebendo, se crítica e emancipatória como defende Freire (1979) ou tecnicista e reprodutivista.

A gestão dos Programas de Assistência Estudantil no *campus* é realizada pela Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), que administra ações voltadas aos estudantes, em especial, destacamos a administração do refeitório que oferece quatro refeições diárias. A equipe é formada por com um coordenador, que é docente, três assistentes de aluno e um nutricionista, é importante destacar que a coordenação sofre com a falta de assistente social e psicólogo, como elucida o coordenador

[...] a incompletude da Comissão Local de assistência estudantil [...], às vezes tem o psicólogo também... também é importantíssimo além como o pedagogo... que vão conhecendo a realidade do aluno, a questão do ensino-aprendizagem do aluno. Como é que o aluno tá (sic)? O acompanhamento desse aluno, então... quando não se tem esses profissionais, a equipe... a Comissão Local... fica deficiente, e... automaticamente o PAISE vai ter seu percentual de deficiência... então, é difícil administrar assim, a gente recebe muitas críticas, dos alunos, dos pais de alunos... tem pai de aluno que quando não liga, comparece ao campus enfurecido, querendo saber por quê o filho não foi contemplado? É... e por quê fulano foi? E aí a gente tem todo aquele desgaste para tentar explicar, pra justificar e às vezes não consegue... fazer com que o pai ou a mãe entenda... que... mesmo com uma equipe completa não é possível atender a todos e imagine com uma equipe que não está completa pra se fazer uma análise desse porte, então é difícil administra nessas condições, a gente perde um pouquinho de sono, ganha uns cabelos brancos a mais, mas sim, a gente tem que tocar o barco e a gente faz o que é possível, mas é difícil (COORDENADOR - CAE).

Segundo o coordenador a Comissão Local do PAISE é incompleta, a falta de psicólogo, pedagogo e também de assistente social prejudica o acompanhamento do aluno. Como enfatiza Rosa (2015) é importante que a instituição conte com uma equipe multidisciplinar, pois com tais profissionais seria possível conhecer melhor a realidade do aluno, o processo ensino-aprendizagem e seria possível administrar melhor o PAISE, sua operacionalização e atender com mais eficiência a comunidade escolar.

4.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) no *campus* Teixeira de Freitas

No mês de agosto do ano de 2015 o IF Baiano de Teixeira de Freitas passou a atender 612 discentes e contou com 69 servidores, dentre eles, 46 docentes e 23 técnicos

administrativos. A pesquisa constatou que a quantidade de técnicos administrativos educacionais é pequena para atender a demanda.

Nesse contexto, é importante observar algumas características da composição do corpo discente: O IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas contou no início de 2015 com 733 alunos; destes 628 da modalidade presencial e 105 a distância; além dos alunos da EaD mais 356 estudam em cursos subsequentes presenciais, totalizando 461, e 272 em cursos integrados; 447 são do sexo feminino e 286 do sexo masculino; a maioria dos alunos utiliza transporte público; e a relação professor-aluno é de 1 professor para aproximadamente 13,65 alunos. O IF Baiano oferece para a cidade de Teixeira e para os municípios circunvizinhos cursos técnicos em diferentes modalidades, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Cursos e modalidades, *campus* Teixeira de Freitas

Cursos	Modalidade		Modalidade	
	Integrada	Subsequente	Presencial	A distância
Administração	X	X	X	
Agropecuária	X	X	X	
Florestas	X	X	X	
Hospedagem		X	X	
Logística		X		X
Secretaria Escolar		X		X
Segurança no Trabalho		X		X
Serviços Públicos		X		X

No mês de novembro a quantidade de alunos caiu para 565, especialmente pelo grande número de alunos da EaD que concluíram o curso, nesse sentido, hodiernamente no *campus* não existe curso da EaD em andamento, entretanto, se encontra aberta a seleção de 50 vagas para o Curso Técnico em Secretaria Escolar - Profucionário que atenderá funcionários efetivos que atuam nas secretarias escolares públicas da região, ou seja, que trabalham nos sistemas de ensino da educação básica pública.

Todos os anos, desde 2011, é realizado um processo seletivo normatizado por edital, para a concessão de diferentes tipos de bolsas do PAISE durante os dez meses de ano letivo. No período de seleção assistentes sociais de outros *campi* são emprestados

para trabalhar na seleção dos discentes. Para se inscrever no processo seletivo, o aluno precisa atender aos critérios de análise e seleção do programa de assistência estudantil previstos no edital: a) Estar regularmente matriculado em curso ofertado pelo *campus*; b) Possuir renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio vigente; c) Estar em condição de vulnerabilidade social. Dentre os pré requisitos para o aluno ser beneficiado elencamos a situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com os editais de 2011 a 2015

Entende-se como vulnerabilidade social o processo de exclusão, situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial; discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação; assim como agravantes sociais caracterizados por situações que afetam a condição financeira da família como doenças, necessidades específicas comprovadas e deficiências.

As pesquisas demonstraram que os três critérios de análise citados anteriormente são aceitos, ou seja, as condições que o aluno precisa cumprir para fazer jus aos auxílios são consideradas corretas e necessárias. O que foi questionado por vários pesquisados foi o processo de seleção, que segundo eles possui várias deficiências, como demonstram alguns servidores nas citações abaixo

A falta de pessoal para confirmar as informações apresentadas pelos estudantes no ato da inscrição no PAISE (SERVIDOR 1).

Má fé de alguns discentes, que ocultam informações importantes na seleção do PAISE. A falta de profissionais como: Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo dificultam as ações pedagógicas (SERVIDOR 6).

Diagnóstico deficiente dos alunos que realmente precisam do auxílio (SERVIDOR 11).

A abrangência do programa é pequena e a fiscalização do benefício é inexistente. O campus Teixeira de Freitas, por exemplo, possui a ausência de profissionais como psicólogos, assistente social e pedagogos para auxiliar na seleção e permanência do aluno no programa bem como no rendimento do aluno na escola com rendimento satisfatório (SERVIDOR 27).

Maior rigor na verificação das informações fornecidas pelos alunos durante a inscrição (SERVIDOR 30).

Também em relação às deficiências do processo de seleção do PAISE elencamos a visão de alguns discentes entrevistados

[...] o processo de escolha dos alunos que vão ser contemplados, eu acho que [...] tem uma segurança muito baixa, porque dá a liberdade para muitos alunos mentirem... tem uma seleção e tem tipo uma

repescagem depois, nessa repescagem faz uma dissertação dizendo porque você acha que você deve ganhar, porque você não foi completado na primeira e nessa segunda oportunidade a pessoa tem uma chance... um espaço muito grande para você mentir... é o que eu acho, é uma insegurança muito grande assim (ALUNO - INTEGRADO).

A seleção deveria começar no mínimo no começo do ano letivo também, e não assim na metade acabando que até para receber aquele acumulado todo, entendeu [...] cinco meses depois (ALUNO - INTEGRADO).

A gente vê na nossa sala os colegas mentindo, falando: “eu vou mentir para ganhar o PAISE” (ALUNO - INTEGRADO).

[...] o mesmo oferece pouca segurança, dando brechas para que alunos omitam informações sobre os critérios exigidos pelo programa.

Deveria haver uma maior rigorosidade e investigação por parte dos idealizadores, onde o maior controle de dados, conseqüentemente, seria o âmbito alcançado (ALUNO 16).

[...] ainda há um pouco de falhas pelo fato de ouvir comentários que pessoas que tem condições e serem beneficiadas (ALUNO 21).

De acordo com as manifestações descritas, existe uma grande deficiência na seleção, merecendo destaque os seguintes aspectos: a) má fé de alguns alunos que mentem ou omitem informações no processo de inscrição, b) insegurança, c) demora para lançar o edital de seleção que não acompanha o início do ano letivo, d) insuficiência de profissionais para acompanhar o processo de seleção e também a permanência dos alunos. Tais fatores geram um diagnóstico deficiente.

Alguns depoimentos demonstram a necessidade de mais rigor para coibir os alunos que recebem auxílio sem ter direito e impedir que os mesmos tirem a vaga dos que realmente precisam. A falta de profissionais, especialmente do assistente social dificulta a realização de uma avaliação mais eficiente dos alunos que realmente têm direito ao auxílio, como ele é um profissional emprestado por outra instituição para participar somente da seleção do PAISE, não tem condições de conhecer de forma efetiva a realidade do aluno. A falta de profissionais também dificulta a realização de visitas domiciliares para avaliar se o que o aluno informou na inscrição é verdade, a deficiência de recursos humanos dificulta o acompanhamento de todas as fases do programa: planejamento, seleção, pagamento, destinação do auxílio pelos alunos e avaliação. Entretanto, a avaliação na seleção tem melhorado e o aluno pode ajudar nesse processo, como afirma o estudante

[...] essa avaliação tá sendo cada ano, eles estão sendo mais rigorosos, já tou (sic) aqui há três anos e desde o primeiro ano vem ocorrendo... essa mentira, mas a cada ano que se passa eu acho que eles estão tento

(sic) mais criteriosos na hora de escolher os alunos e o ano passado mesmo teve várias pessoas que perderam porque mentiram e através das denúncias. Então, é muito importante essa parte da denúncia, os alunos que sabem que os amigos agem de má fé e lá denunciar e... cabe ao órgão avaliar essas denúncias, então, eu acho que tipo assim, nesse quesito teve uma melhora (ALUNO - INTEGRADO).

Um aspecto avaliado como positivo pelos alunos, quanto ao processo de seleção, diz respeito a necessidade de apresentação de documentos comprobatórios no edital, como elucidada o aluno

Eu acho interessante também que aqui na escola eles querem saber... o quanto a gente recebe, mas também o quanto a gente gasta, e... na hora de fazer a análise faz essa (sic) abatimento aí do que a gente recebe com o que a gente gasta pra depois fazer a renda e dividir pela família então eu acho que muitas vezes é justo, sim, esse cálculo é feito corretamente (ALUNO - INTEGRADO).

Os documentos solicitados pelo edital buscam revelar a real situação econômica familiar, tais como, aluguel ou financiamento de imóvel, recebimento ou pagamento de pensão alimentícia, água, condomínio, luz, telefone, mensalidade escolar, medicamento de uso contínuo e/ou de tratamentos de saúde, relatório médico quando se tratar de doença crônica ou degenerativa ou pessoa com necessidades específicas. Assim, os documentos comprobatórios facilitam a análise socioeconômica da família do estudante.

O Programa oferece auxílios financeiros através de bolsas que são depositadas nas contas correntes dos alunos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que registra, acompanha e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

Quando perguntado se é realizada uma consulta entre os alunos para detectar suas necessidades antes de estabelecer as bolsas e os seus valores o gestor da CAE informou

[...] com relação aos valores, na verdade... a consulta ela não é feita aos alunos, existem reuniões periódicas com as Comissões locais de assistência estudantil junto a Diretoria de Assistência Estudantil lá na Reitoria e lá... onde também tem uma representação dos alunos... do movimento estudantil... é que é definido quais são os valores de cada auxílio... e as vezes esses valores passam por reajustes, levando em conta o contexto atual do país... mas ela não é feita nos campi, ela é feita na Reitoria com a presença de cada representação... dos campi e uma representação também dos estudantes que é enviada pelo movimento estudantil, com relação... as bolsas [...] aqui no campus o que é que a Comissão geralmente faz? A gente faz uma consulta... na verdade uma consulta diagnóstica entre os alunos que pretendem se inscrever para o PAISE pra saber quais os tipos de auxílios, quais os perfis desses alunos, pra a gente poder oferecer a quantidade... o número de vagas, na verdade, de cada auxílio, porque são auxílios diferenciados tentar atender ao máximo aquele perfil... porque as vezes... isso depende muito... de ano para ano, por exemplo, tem ano que tem uma turma que tem mais perfil para o auxílio transporte, bom através desse diagnóstico que a gente faz entre os alunos a gente pode mais ou menos definir a quantidade de vagas pra o auxílio transporte, pra o auxílio moradia e etc., então, nesse sentido, a gente faz... uma espécie de diagnóstico... de quanto ofertar para cada auxílio, quantidade de vagas (COORDENADOR - CAE).

Ao responderem ao mesmo questionamento nos grupos focais, os alunos informaram não terem sido consultados anteriormente para se fazer um estudo de demanda quanto aos auxílios necessários para atender o corpo discente do *campus*. Um dos alunos fez a seguinte colocação

E eu acho também que essa, assim, da gente escolher... A qual é o auxílio? Como é um instituto, já vem da Reitoria esse programa pronto, talvez por isso que não tem muito essas perguntas, por isso que a escola... não faz esse tipo de pergunta para os alunos. Qual o auxílio que deveria ter? Qual tem que receber mais? Então é uma coisa já predefinida (ALUNO - INTEGRADO).

Nesse contexto, todos os alunos participantes do grupo focal expressaram não terem sido investigados em relação às suas necessidades, antes da publicação do edital, pela Comissão Local de assistência estudantil e em nenhum momento citaram o movimento estudantil do *campus*. Assim, somente uma consulta diagnóstica é feita aos alunos através dos requerimentos de matrícula pela Comissão Local do PAISE.

4.2 Descrição dos auxílios pagos pelo PAISE 2011-2015

Como já dito anteriormente, o PAISE existe no IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas desde 2011, o programa oferece uma série de auxílios aos discentes regularmente matriculados, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No ano de 2011 o edital ofereceu seis benefícios, dentre eles: Auxílio Moradia (R\$ 150,00), Auxílio Alimentação (R\$ 150,00), Auxílio Transporte (R\$ 100,00), Auxílio Material Acadêmico (R\$ 50,00, único), Auxílio Uniforme (R\$ 100,00, único), e Auxílio Cópia e Impressão (R\$ 20,00). Não encontramos dados sobre a quantidade de bolsas pagas e alunos atendidos no ano letivo de 2011. O Auxílio Moradia é destinado a atender alunos que moram em outros municípios e/ou com dificuldades de traslado, tal auxílio contribui para que os alunos da região que apresentam insuficiência financeira e em situação de vulnerabilidade social paguem parte do aluguel para residir em Teixeira de Freitas.

Já o Edital do ano de 2012, além de apresentar os mesmos auxílios também trouxe a Alimentação Estudantil que consiste na oferta de almoço durante todo o ano letivo para todos os alunos dos cursos integrados. O Auxílio Cópia e Impressão foi

reduzido para R\$ 10,00. No ano letivo de 2012, 856 bolsas foram pagas e para permanecer no programa o discente precisou apresentar frequência mínima de 75%, rendimento acadêmico satisfatório, bom comportamento e situação de vulnerabilidade social, comprovada a partir de visitas da CAE à residência do aluno.

No ano de 2013 o Programa pagou 1823 bolsas. As novidades no edital foram a oferta do Auxílio Creche para mãe ou pai de criança com até 5 anos de idade, sob análise de critérios socioeconômicos e do Auxílio Eventual que é uma ajuda de custo para necessidades específicas, relativas a demandas emergenciais. Os valores aumentaram consideravelmente: Auxílio Moradia (R\$ 300,00), Auxílio Creche (R\$ 300,00), Auxílio Alimentação (R\$ 300,00), e Auxílio Transporte (cursos EaD R\$ 80,00; cursos presenciais R\$ 150,00).

No edital do PAISE de 2014 as novidades foram o Auxílio Permanência destinado a alunos com renda per capita inferior a 25% do salário mínimo vigente (R\$ 200,00), o Auxílio Transporte (cursos presenciais residentes na zona urbana R\$ 150,00; residentes na zona rural R\$ 200,00) e a diferenciação do valor do Auxílio Creche (cursos presenciais R\$ 300,00; cursos EaD R\$ 150,00). A partir de 2014 passou a ser necessário apresentar frequência mínima de 85% para o discente permanecer no programa. Nesse ano foram pagas 1605 bolsas e foi possível perceber o avanço das ações de assistência estudantil que visam contribuir para a permanência e a conclusão do curso dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

No edital de 2015 do PAISE (Anexo B) o que muda em relação a 2014 são alguns valores: Auxílio Moradia (R\$ 350,00), Auxílio Permanência (R\$ 300,00), e Auxílio Transporte (cursos presenciais residentes na zona rural R\$ 250,00). O resultado do processo seletivo do ano de 2015, contemplou 168 discentes com a concessão dos auxílios financeiros e 20 alunos com cota cópia e impressão do PAISE. Os subsídios financeiros do PAISE do ano letivo de 2015 começaram a ser depositados em conta no mês de agosto, 168 alunos receberam bolsas referentes ao mês de março em agosto, no mês de setembro foram pagas 196 bolsas referentes à abril, maio, junho e julho e em outubro foram pagos 196 auxílios financeiros dos meses de agosto e setembro.

Em 2015, o orçamento destinado ao PAISE foi liberado no mês de maio, entretanto, o mesmo só pode ser usufruído depois do resultado do processo seletivo. O edital foi elaborado e divulgado no mês de maio, o resultado saiu em junho e as bolsas só

começaram a ser pagas no mês de agosto, 5 meses após o início do ano letivo. O que gerou muitas críticas, como pode ser observado nas falas de alguns investigados

A gente entrega todos os documentos no dia e por causa de alguns colegas que acabam esquecendo de entregar a gente tem que atrasar, [...] esse desse ano, que foi o ano que eu entrei, disseram que ia sair, [...] aí eu fiquei esperando [...] em junho... Passou junho, aí julho, aí eu perguntei pra Ricardo, Ricardo disse que não ia sair porque já tava (sic) na metade de julho e o dinheiro só sai ou no começo do mês ou no final mês [...] aí só em agosto, eu acho que o atraso é uma das piores coisas que tem (ALUNO - INTEGRADO).

Nossas mães fazem cálculos com esse dinheiro, aí elas... vai pagar o aluguel com esse dinheiro, promete tal dia, aí tem que ficar sofrendo a humilhação de todo dia vir uma pessoa cobrar na nossa casa e as vezes fazer até escândalo na frente da nossa casa, falando que a gente tá (sic) atrasando o aluguel, entendeu, aí esse atraso, causa essa situação (ALUNO - INTEGRADO).

Você não pode contar com o dinheiro ele cai quando ele quer (ALUNO - SUBSEQUENTE).

Antes de conseguir o auxílio, eu tinha dificuldade de assistir as aulas com frequência, e isso prejudicou muito nos meus estudos que o meu rendimento na escola caiu muito no início do ano, e até hoje eu me sinto prejudicado com isso, em certa época eu cheguei ao ponto de pedir a secretaria da escola para trancar a minha matrícula, porque o dinheiro do auxílio do PAISE ainda não havia sido depositado, mas depois de um tempo ocorreu o depósito e eu desisti de sair da escola (ALUNO 59).

Acelerar a liberação dos recursos por parte do governo federal (SERVIDOR 8).

Agilização do governo federal para liberação dos recursos (SERVIDOR 9).

Constatou-se que o atraso no pagamento das bolsas gera transtornos. Esse atraso, em parte, é gerado pela demora de alguns alunos na entrega dos documentos corretos, toda a documentação precisa estar organizada para a instituição efetuar o pagamento. Um dado relevante foi do aluno que recebe auxílio permanência, afirmando que se não fosse o mesmo estaria fora da escola, pois usa o dinheiro para pagar o aluguel, mas como o pagamento não acontece em uma data fixa sofre humilhação do dono do imóvel, o outro aluno chegou a pedir trancamento da matrícula porque faltou muito às aulas, pois não disponha de transporte, ocorrência que prejudicou o seu rendimento escolar, assim é necessário que o governo federal libere os recursos com mais agilidade.

A insatisfação dos alunos em relação aos atrasos constantes dos depósitos bancários foi unanimidade. Foi sugerido por alguns deles que o processo seletivo para o PAISE aconteça juntamente com o período de matrículas para que o recebimento do auxílio acompanhe mês a mês o período de estudos. Em vista disso, muitos dos investigados, também, sugeriram a adoção de uma data base para o recebimento do auxílio

Se tivesse pelo menos uma data fixa no mês, pelo menos um prazo, do dia um ao dia cinco, ou dia seis, alguma coisa assim. [...] Tem mês que vem dia vinte e cinco, tem mês que vem dia cinco, todo meio trocado assim (ALUNO - INTEGRADO).

Tal atraso prejudica os alunos que dependem dos auxílios para frequentar as aulas e se dedicar aos estudos, percebe-se assim que a gestão dos recursos enfrenta problemas, pois gera atrasos e prejudica o processo formativo. Vale ressaltar que o atraso da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo Federal em 2015 teve importante influência na demora de liberação e repasse do PAISE. Dentro do montante destinado a Assistência Estudantil do IF Baiano de Teixeira de Freitas, R\$ 424.255,00 foram disponibilizados ao Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante.

O IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas oferece benefícios do PAISE desde 2011, mas como informado anteriormente o quantitativo desse período não foi encontrado e em relação a 2015, só teremos o total ao final do ano letivo.

Tabela 4 - Quantidade de bolsa 2011 – outubro de 2015

Ano	Quantidade de Bolsas Pagas
2011	-
2012	856
2013	1823
2014	1605
2015	1344
TOTAL	5628

Como pode ser observado na Tabela 4 já foram pagas 5628 bolsas no Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE). Atendendo assim, uma grande quantidade de discentes em vulnerabilidade social. Nesse sentido, Vasconcelos (2010) elucida que para o aluno se desenvolver é preciso possuir além de um ensino de qualidade uma política efetiva de assistência, e também materiais didáticos, aulas práticas, acesso à informação e participação em eventos.

A Tabela 5, mostra os auxílios oferecidos pelo edital no corrente ano, seus respectivos valores e a quantidade de bolsas existentes.

Tabela 5 – Auxílios do PAISE 2015

Auxílio	Valor	Bolsas
Alimentação	300,00	6
Creche	300,00	5
Moradia	350,00	24
Transporte (urbano)	150,00	71
Transporte (rural)	250,00	24
Permanência	300,00	8
Cópia e Impressão	cota	50

A partir das inscrições realizadas no processo seletivo a quantidade de bolsas existentes para alguns auxílios foi alterada para melhor atender aos candidatos. Além dos auxílios descritos na Tabela 5: alimentação, moradia, transporte, material acadêmico, uniforme, cópia e impressão, creche e permanência, o PAISE também dispõe do “auxílio eventual” que de acordo com esclarecimento do coordenador da CAE, é

[...] um auxílio, digamos assim, diferente dos demais auxílios do PAISE. Por que? Como o próprio nome tá (sic) dizendo, eventual, ele... pode ser solicitado em algumas demandas emergenciais... que o edital estabelece, como por exemplo, o aluno, ele de uma hora pra outra... passa por uma situação trágica familiar e ele tá (sic) precisando de acompanhamento psicológico, o campus de repente, não tem suporte, não tem psicólogo pra dá essa assistência, não tem uma parceria firmada pra apoiar o aluno, o que que o edital do PAISE pode ofertar? O auxílio eventual, ou seja, através dele o aluno pode requerê-lo pra, por exemplo, fazer acompanhamento psicológico... aí... o auxílio será liberado para custear sessões... consultas com o psicólogo, por exemplo, outro exemplo, aluno que o rendimento tá caindo, detecta-se que ele tá com problema de visão, tá precisando de óculos, passar por oftalmologista, então, é um tipo [...] de ação que o aluno pode requerer também, pelo auxílio eventual e diferentemente dos outros auxílios ele não necessariamente precisa ser solicitado no ato da inscrição, como são demandas emergenciais, então, enquanto, o PAISE estiver vigorando ele pode ser requerido, então o aluno apresentou o problema de visão no meio do ano ele pode chegar para a Comissão Local e fazer o requerimento, olha tô (sic) com problema na minha visão é, fiz o diagnóstico com o oftalmologista, estou necessitando usar um óculos, necessitando fazer uma cirurgia nos olhos, então ele vai poder requerer o auxílio eventual nesses casos... e outras situações... fora questões de saúde que de repente o aluno traga pra Comissão, tida como emergencial que aí a Comissão pode analisar, sentar, analisar se cabe ou não, ali fazer a liberação para aquele tipo de solicitação (COORDENADOR - CAE).

O PAISE oferece o “auxílio eventual” desde o ano de 2013. Se trata de um valor determinado para atender necessidades eventuais e emergenciais dos alunos, não existe necessidade de participar do processo seletivo, a análise do pedido é feita pela Comissão Local e o orçamento destinado ao auxílio eventual em 2015 foi de R\$ 4.000,00, valor unitário, que pode acabar antes mesmo do fim do ano letivo.

Na opinião da maioria dos servidores, 54%, os valores dos auxílios descritos na Tabela 5 contemplam parcialmente às necessidades dos alunos, sendo que 38% dos investigados consideram que sim, e 8% afirmaram que não atendem às necessidades.

As opiniões dos discentes divergem das dos servidores, pois a maioria dos alunos que participaram dos grupos focais e responderam ao formulário, 64%, consideram o valor das bolsas suficiente para sua permanência no curso, como pode ser constatado nas manifestações a seguir

Eu acho assim, pela forma que eu analiso, aqui na escola não tem muitas pessoas que tão (sic) em situações tão extremas assim, que vão necessitar muito desse dinheiro, porém eu acho que há as necessidades esse dinheiro atende sim, as necessidades certas, porque igual eu, eu tô (sic) aqui, eu recebo desde os três anos. Por que? Por que eu moro longe e eu sempre recebi transporte, então pelo fato das pessoas que moram longe, que aqui na escola tem muita gente que mora longe, então, eu acho que atende sim... as necessidades (ALUNO - INTEGRADO).

Eu ganho R\$ 350,00 dá no aluguel que eu tô (sic) que é uma quitinete dá pra pagar (ALUNO - SUBSEQUENTE).

[...] como eu falei sobre a mentira, muita gente que tem condição acaba ganhando, ou seja, acaba tirando a oportunidade de pessoas que não tem a condição, entendeu. Mas falando assim, na maioria mesmo, atinge, eu acho, pessoas de baixa renda (ALUNO - INTEGRADO).

[...] com o mesmo pude pagar a baba e ainda o transporte para o campus (ALUNO 4).

Não tenho do que reclamar! A quantia satisfaz o fim para qual é destinado (moradia) (ALUNO 5).

Porque como o nome mesmo já diz ele é um auxílio moradia, ou seja, ele ajuda muito no auxílio das despesas que tenho para me manter aqui em Teixeira de Freitas (ALUNO 11).

Porque gasto com a locomoção e ainda sobra dinheiro (ALUNO 14).

Porque o valor ajuda bastante nas dispezas (sic) referentes a minha permanência na escola (ALUNO 21).

Supre minhas necessidades (ALUNO 26).

Por outro lado, alguns alunos, 24%, dos que responderam ao formulário, afirmam que o PAISE atende parcialmente às suas necessidades e a minoria dos investigados asseveram que é insuficiente, como pode ser confirmado nos depoimentos abaixo

[...] a forma de que eles distribuem o dinheiro, não acho que deveria ser um valor predeterminado, porque esse valor predeterminado nunca é o suficiente pra ajudar de verdade os alunos, porque cada aluno tem uma

condição financeira diferente se eles queriam ter uma ascensão social do aluno, deveria ser analisado a situação real do aluno, aí depois determinado valor que ele vai ganhar (ALUNO - INTEGRADO).

Apesar de não suprir todas as necessidades... eu tô (sic) aqui por causa dele (ALUNO - INTEGRADO).

Auxílio ascensão verdadeira, porque nenhum, tipo ajuda bastante... suficiente mesmo. Porque... o auxílio moradia, por exemplo, muita gente que mora aqui que paga R\$400,00, R\$ 500,00 de aluguel, R\$ 300,00 não dá (ALUNO - INTEGRADO).

Paga somente a metade do que gasto (ALUNO 3).

Como sou de outra cidade deveria receber o auxílio de transporte rural (R\$:250,00), porque o mês tem quatro semanas, ou seja, quatro sábados letivos. Gasto em média R\$:50,00 reais por sábado, pois pago táxi porque caso eu pegue um ônibus (1º ônibus) de minha cidade até Teixeira de Freitas perco o primeiro e metade do segundo horário o que não vale a pena. O auxílio que recebo é de transporte urbano (R\$:150,00), que não é correspondente a soma de todos os sábados (ALUNO 18).

Não é suficiente para permanência no curso, pois o valor do auxílio que nós estudantes recebemos dá para pagar mal, mal o aluguel. E quando se mora sozinho ou em conjunto (rachando o aluguel) o estudando não possui apenas uma despesa fixa de alimentação, moradia, transporte e outras, mas também ocorre (sic) despesas eventuais que podem acometer e alterar o orçamento do estudante e de sua família, comprometendo assim a sua permanência no curso (ALUNO 26).

Após constatar as divergências na visão dos alunos e servidores em relação à suficiência ou não do valor dos auxílios para suprir as necessidades dos estudantes foi questionado apenas aos servidores se os auxílios oferecidos pelo PAISE contemplam o quantitativo de alunos que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica da instituição, 64%, asseveraram que contemplam parcialmente, 32%, afirmam que sim, e 4% respondeu que não. Em contrapartida, quando solicitadas as opiniões dos servidores a respeito das deficiências do PAISE, destacamos as contribuições a seguir

Por questões de recursos, acaba por não contemplar a todos aqueles que fato necessitam de assistência (SERVIDOR 4).

Não atende a todos os alunos que precisam, ainda ficam alunos sem bolsa (SERVIDOR 5).

Valor da verba é insuficiente à demanda (SERVIDOR 7).

Atende parcialmente a alguns requisitos (SERVIDOR 31).

Nesse contexto, é possível observar que a maioria dos servidores afirma que os recursos são insuficientes para atender à demanda de alunos em vulnerabilidade

socioeconômica, que estejam em risco de vulnerabilidade social e o PAISE acaba não contemplando todos aqueles que de fato necessitam. Como afirma também o coordenador

[...] todos os alunos de baixa renda, não... infelizmente não contempla... É... acredito que contempla uma quantidade considerável... mas todos os alunos de baixa renda infelizmente não contempla até porque o orçamento que é proporcionado que é rateado para os campi, pelo menos para o campus Teixeira de Freitas não, não dá para contemplar a todos não (COORDENADOR - CAE).

O primeiro edital do PAISE lançado no mês de maio de 2015 teve 213 inscritos, destes somente 168 foram contemplados com auxílios financeiros, assim, 45 alunos ficaram em uma lista de espera. Entretanto, 50 alunos foram contemplados também com o auxílio cópia/impressão, que é um auxílio que pode ser cumulativo, assim 188 estudantes foram contemplados pelo PAISE e 25 não foram atendidos. Por tudo que foi exposto fica claro que o orçamento destinado ao PAISE é insuficiente, pois não atende a todos os discentes que participaram do processo seletivo.

4.3 A Inclusão Social dos alunos do IF Baiano, Teixeira de Freitas

A política de assistência estudantil do ensino de nível superior e profissionalizante de acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil tem como finalidade ampliar as condições de permanência a partir da democratização, minimizando os efeitos das desigualdades, reduzindo a evasão e retenção, contribuindo assim, com a promoção da inclusão social através da educação.

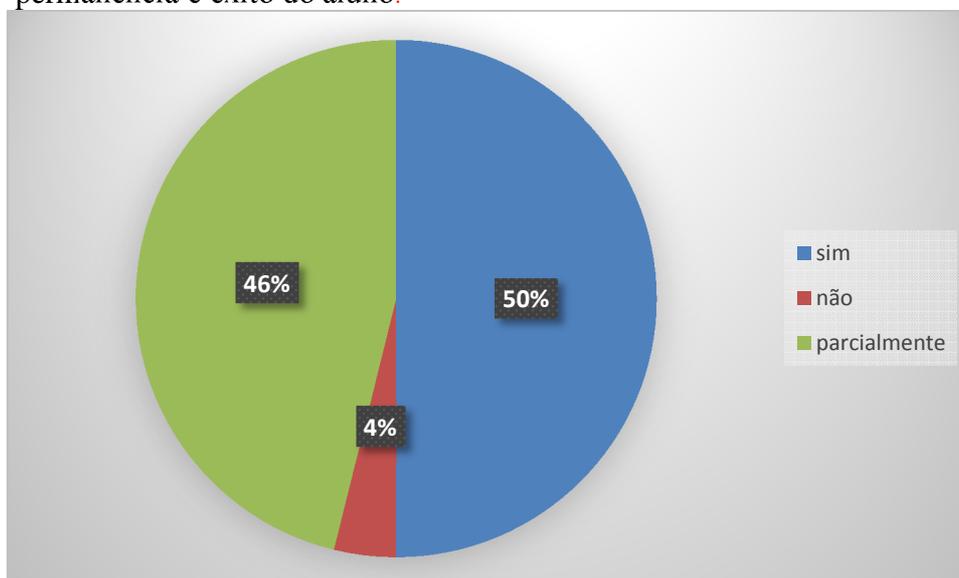
No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Teixeira de Freitas o programa mais importante da política de assistência estudantil é o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) que fornece subsídios em prol da permanência dos estudantes que sofrem com a insuficiência financeira e social e tem como objetivo contribuir com a permanência e também com a conclusão do curso do discente em vulnerabilidade socioeconômica.

Com relação à contribuição do PAISE para a inclusão, permanência e êxito dos alunos, o coordenador afirmou que acredita que sim, e que este é o objetivo do programa e também fez a seguinte observação

[...] existem fatores, distancias, variáveis outras que de repente, mesmo o aluno sendo contemplado pelo PAISE ele acaba evadindo, ele acaba não concluindo o curso, mas eu acho que se fazendo uma análise geral eu acredito que ele contribui sim... principalmente pros (sic) alunos com a renda per capita menor, mais baixa... porque as vezes... tem aluno que se você for analisar, as vezes não tem... dinheiro nem para lancha... e... não tem dinheiro nem pra transporte... então a depender o auxílio que ele receba eu acredito que ajuda muito o aluno, pra alguns pode ajudar razoavelmente pra outros pode ajudar bastante... mas de uma forma geral eu acredito que contribui sim pra permanência e o êxito do aluno (COORDENADOR - CAE).

Comungam com essa opinião 50% dos servidores, enquanto que 46% registraram que contribui parcialmente e somente 4% consideram que não contribui. O Gráfico 1 demonstra esse resultado.

Gráfico 1 – Na visão dos servidores o PAISE contribui com a inclusão social, permanência e êxito do aluno.



Na concepção dos alunos, o PAISE promove a permanência na escola, pois a maioria, 64% dos que responderam ao formulário, afirmou que sim e muitos, 65%, disseram que sem o auxílio não teriam condições financeiras de continuar no curso como é possível observar nos depoimentos que seguem

[...] vai ter que largar a escola pra poder trabalhar e ajudar a família, mas tem o auxílio permanência, que é o que eu tenho, eu já estaria fora da escola se não fosse pelo dinheiro (ALUNO - INTEGRADO).

Ajuda a permanecer... (ALUNO - INTEGRADO).

Serve como incentivo também, [...] o dinheiro, ele pode tá (sic) me auxiliando eu posso ter a opção de estudar como ele mesmo disse, invés de optar pelo trabalho, talvez optaria pelo trabalho por causa do dinheiro, porque estudando não teria como se sustentar e já com o auxílio do PAISE fica tudo muito bom (ALUNO - SUBSEQUENTE).

Eu estou aqui mesmo porque o PAISE tem me ajudado muito, muito mesmo, sem demagogia nenhuma, por que? Porque eu ainda continuo desempregada, meu marido desempregado e assim o período do dinheiro do que nós recebemos foi uma força tão grande que, talvez as minhas preocupações, a preocupação que eu tava (sic) antes... Porque minha cabeça não ficava muito tranquila por conta de está faltando coisas necessárias para a minha vida. Depois que o PAISE veio eu até fiquei mais tranquila até pra estudar... pra me programar melhor... Podendo ajudar minha filha e tudo, então pra mim tá (sic) sendo muito bom (ALUNO - SUBSEQUENTE).

Pois com o PAISE eu receber (sic) uma força maior e uma garantia de que eu iria concluir o meu curso (ALUNO 34).

Não, pois no início do curso estava desempregada e somente com o salário do meu esposo não teria como manter essas novas despesas (ALUNO 4).

Não porque iria preferir trabalhar (ALUNO 15).

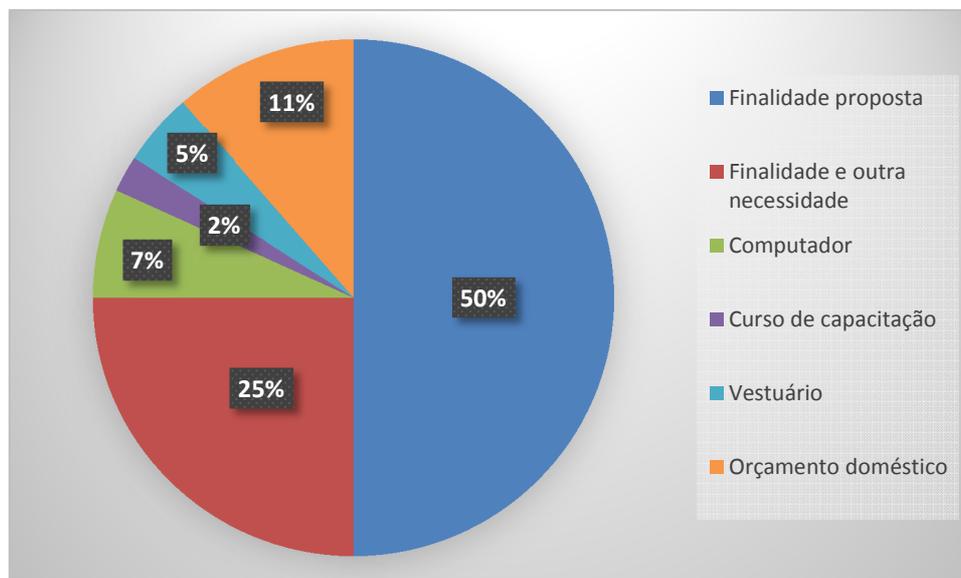
NÃO, pois além de me sustentar, minha família tem a despesa para manter minha irmã que também é estudante, e as despesas fixas de casa (água, luz, telefone, energia, remédios, entre outros) (ALUNO 26).

Os resultados foram bastante elucidativos, tendo em vista que a maioria dos discentes conta com as bolsas do PAISE para permanecer na escola, muitos ainda afirmam que, sem o auxílio, teriam que desistir para trabalhar com o intuito de se manterem e também ajudar no orçamento doméstico.

A investigação revela que a maioria dos auxílios recebidos é destinada ao transporte, todavia o uso do dinheiro em alguns casos foge da sua finalidade principal que se refere à permanência na escola, por exemplo, relatos de que o recurso originado da bolsa é utilizado para o orçamento doméstico e em algumas ocorrências é considerado uma fonte de renda. Como pode ser observado no Gráfico 2 da página seguinte e no relato do coordenador.

[...] E acredito, que... assim, é o gerenciamento do recurso do PAISE por parte de alguns alunos que a gente, assim, a gente fica sabendo, a gente não tem como acompanhar tudo de perto, mas a gente fica sabendo, por exemplo, que aluno que é contemplado com determinado auxílio ele usa pra outros fins, pra comprar objetos pessoais, pra ele, não que não sejam importantes, mas que desviam da finalidade (COORDENADOR - CAE).

Gráfico 2 – Destino dos recursos



Nesse sentido, a Comissão Local do PAISE não tem condições de acompanhar o uso dos auxílios pelos discentes. Dessa forma, a destinação dos recursos para outras finalidades, que não no processo formativo do aluno que garanta a sua permanência se dá pela conjuntura atual, onde os estudantes não dispõem de políticas públicas universais, se situam na parcela populacional que beira a linha da pobreza e precisam contribuir com o orçamento doméstico.

Como a avaliação é essencial para o sucesso da política pública, os servidores investigados expressaram sua opinião em relação à forma como vem sendo gerida a política de assistência estudantil no IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas, pois 81% deles consideram que a divulgação do PAISE é efetiva e que o programa é bem administrado. Portanto, a gestão da política pública de assistência estudantil do IF Baiano de Teixeira de Freitas tem atendido aos seus objetivos, contribuindo com a inclusão, permanência e êxito, mesmo dispondo de uma quantidade insuficiente de bolsas e profissionais, em especial a ausência de um assistente social.

Em face das contribuições dos sujeitos investigados, algumas deficiências foram destacadas, entre elas, a questão do *campus* enfrentar deficiência em relação ao quantitativo insuficiente no quadro de funcionários, pois não dispõe de assistente social, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, enfermeiro, médico e dentista. Essa fragilidade concorre para dificultar o atendimento efetivo dos alunos e restringe a possibilidade de realizar um monitoramento que possa retratar de forma efetiva a vida

escolar e a situação de vulnerabilidade social do corpo discente. Desse modo, pode-se considerar que existem falhas na realização do diagnóstico dos alunos que realmente precisam do auxílio, já que a maioria considerou essa fase do processo deficiente. Nesse sentido, é necessário aumentar o quantitativo de recursos humanos com o objetivo de realizar um trabalho interdisciplinar, onde a assistência estudantil tenha um caráter universal e preze pela formação integral do discente. E como afirma Rosa (2015) uma equipe multidisciplinar pode atender permanentemente os alunos, sendo capaz de construir um diagnóstico do contexto social e intervir de forma mais efetiva. Assim, os profissionais que faltam: assistente social, pedagogo, psicólogo e enfermeiro poderiam contribuir com o acompanhamento pedagógico, especialmente dos alunos com dificuldades no processo ensino-aprendizagem, promover atendimento à saúde, lazer, acompanhamento psicossocial, pois qualidade de vida favorece a otimização do desempenho acadêmico e o bem estar biopsicossocial, o que contribui para sucesso do aluno no processo formativo.

Quanto aos benefícios sociais promovidos pelo PAISE, o coordenador da CAE acredita que os alunos contemplados alcançam uma melhoria social. Vejamos seu depoimento

[...] uma vez que um dos critérios do PAISE é atender a... ao estudante que tenha renda per capita de até um salário mínimo e meio... então esse estudante quando é contemplado eu acredito que é... a política está atingindo o seu objetivo, não é... então eu acredito que traga uma melhoria social sim para esse estudante, então nesse aspecto aí acredito que, que sim, que ela traz benefícios sociais para os alunos (COORDENADOR - CAE).

As manifestações dos indivíduos investigados permitiram inferir que o PAISE contribui com a inclusão, permanência e êxito, a oferta de subsídios financeiros do PAISE a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, pois sem ele, muitos alunos precisariam abandonar os estudos para, por exemplo, trabalhar e agregar renda ao orçamento doméstico. Resultados que corroboram com as ideias de Vasconcelos (2010), segundo o autor o incentivo financeiro fornecido aos estudantes que apresentam baixa condição socioeconômica, contribui para que os mesmos continuem no curso e não se submetam a subempregos e não abandonem a qualificação profissional.

Dentre as sugestões dos sujeitos pesquisados para o aperfeiçoamento do PAISE, podemos destacar as seguintes ações: a) necessidade de acelerar a liberação dos recursos por parte do governo federal; b) abrir o edital de seleção junto com as matrículas; c)

estipular uma data base de pagamento do benefício; d) oferecer um valor maior destinado a este programa; e) ampliar a quantidade de bolsas por categorias; f) extinguir o auxílio alimentação, já que a instituição oferece quatro refeições diárias e utilizar o valor para aumentar a quantidade de auxílios transporte e moradia que são os mais solicitados pela grande quantidade de alunos das cidades vizinhas e da zona rural; g) realizar reuniões com os alunos para que os mesmos tenham a possibilidade de dar sugestões para contribuir com a melhoria do PAISE; h) convocar mais profissionais da área de assistência social; e i) oferecer acompanhamento contínuo da vida social e escolar de cada educando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas apresenta várias políticas públicas, dentre elas, a própria concepção dos Institutos Federais que oferece educação profissionalizante de qualidade, favorece a democratização e interiorização do ensino, além de ações voltadas para pesquisa e extensão. Nesse estudo, nos limitamos a analisar a Assistência Estudantil como via de promover a permanência e o êxito dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica.

Dentre os programas de assistência estudantil implementados pelo *campus* o de maior destaque é o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) que está presente no *campus* Teixeira de Freitas desde 2011, atualmente é administrado pela Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE). Para fazer jus a um determinado auxílio o aluno precisa passar por um processo seletivo anual, estar regularmente matriculado, ter renda per capita de até um salário mínimo e meio e estar em condição de vulnerabilidade social. Para manter a continuidade da bolsa, o discente precisa apresentar frequência mínima de 85%, rendimento acadêmico satisfatório, bom comportamento e situação de vulnerabilidade social.

As definições do PAISE de acordo com os alunos pesquisados permeiam pela ideia de uma ajuda, um auxílio, um apoio, nesse sentido, o discente se coloca em uma situação de subalternidade que está relacionada às características históricas da assistência social no Brasil e não reconhece o PAISE como um direito garantido por lei.

A investigação revela que a destinação dos recursos para outras finalidades, que não no processo formativo do aluno que garanta a sua permanência se dá pela conjuntura atual, onde os estudantes não dispõem de políticas públicas universais e precisam contribuir com o orçamento doméstico.

Os auxílios ofertados pelo PAISE: moradia, alimentação, cópia e impressão, transporte, creche, permanência e eventual proporcionam condições para que os discentes contemplados possam efetivar seus estudos. Com os objetivos de democratizar as condições de permanência, diminuir as desigualdades sociais e regionais, reduzir a evasão e promover a inclusão social o PAISE pagou 5628 bolsas, de 2012 até outubro de 2015. Nesse sentido, os auxílios contribuíram com a inclusão social de uma grande parte dos estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio e em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com os dados resultantes da pesquisa infere-se que o PAISE é bem administrado, entretanto, percebeu-se que a inexistência de profissionais especializados, tais como assistente social, pedagogo, psicólogo e enfermeiro prejudica a operacionalização do programa, pois dificulta o processo de seleção, o acompanhamento e a avaliação do mesmo, gerando insegurança e inconsistência. Além do mais, para alcançar a excelência, algumas ações da instituição precisam ser melhoradas, como o acompanhamento pedagógico, social e o atendimento à saúde, partindo do princípio de que para contribuir com a permanência e o êxito dos alunos não basta oferecer subsídios financeiros, é necessário realizar um acompanhamento pedagógico para ajudar os alunos com dificuldades no processo ensino-aprendizagem, promover acompanhamento psicossocial para tentar diminuir os reflexos do contexto social e desarranjos familiares a que são submetidos. Aliadas a ações relacionadas ao atendimento à saúde e lazer, pois qualidade de vida favorece a otimização do desempenho acadêmico e o bem estar biopsicossocial contribuem para sucesso do percurso formativo. Em face disso, se faz necessário a disponibilização do código de vagas pelo Ministério da Educação (MEC) para a contratação de novos servidores. Uma equipe contendo os profissionais citados anteriormente possibilitaria um diagnóstico do contexto social do discente mais completo, o que contribuiria com uma melhor intervenção, articulação e execução dos programas de assistência estudantil.

Nesse sentido, mesmo com todas as deficiências enfrentadas pelo Instituto Federal Baiano, *campus* Teixeira de Freitas em relação às políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo PAISE reconhece-se a importância e a necessidade do programa e evidencia que o mesmo oportuniza a permanência e o êxito no percurso formativo do aluno.

Essa investigação constitui em um ponto de chegada e, também, um ponto de partida para futuros estudos. Partindo do princípio de que as pesquisas sobre as políticas públicas de assistência estudantil na área de formação profissional de nível médio são insipientes, até porque a principal lei que normatiza a assistência estudantil é recente, pois o PNAES só se consolidou no ano de 2010 e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aconteceu em 2008. Nesse sentido, a assistência estudantil de ensino médio profissionalizante é uma temática relevante e se trata de um campo fértil de pesquisas, ou seja, apto para ser semeado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nelson Morato Pinto de. **O Ensino Profissional Técnico de nível médio no Brasil e no Chile.** Convergências e Divergências na Formação Profissional e no Trabalho. 2010. 257 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BBC Brasil. **PIB do Brasil pode crescer ‘7 vezes’ com educação para todos, diz OCDE.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150512_educacao_mapas_cc>. Acesso: 12/09/2015.

BAHIA. **Decreto nº 25.826, de 05 de setembro de 1977,** Governo do Estado da Bahia.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 1978.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso: 19/10/2014a.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 20/09/2015a.

BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso: 07/07/2015b.

BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso: 07/07/2015c.

BRASIL. **Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010.** Disponível em: <file:///C:/Users/Maria/Documents/Artigo%20disserta%C3%A7%C3%A3o/Dados%20o%20IF/Decreto%20n%C2%BA%207416.html>>. Acesso: 05/05/2015d.

BRASIL. **Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso: 20/09/2015e.

BRASIL. Dispõe sobre a vinculação das Escolas Médias e Agropecuária Regional ao Ministério da Educação. Decreto Federal nº 7.952, de 12 de março de 2013. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034328/decreto-7952-13>>. Acesso: 16/11/2014b.

BRASIL. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso: 11/08/2015f.

BRASIL. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Disponível: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128789/lei-1821-53>>. Acesso: 20/09/2015g.

BRASIL. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso: 20/09/2015h.

BRASIL. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei Nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso: 16/11/2014c.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso: 19/01/2015i.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014d.

BRASIL. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso: 15/01/2015j.

CONDES, Ana Luiza Machado de. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza**: Em Direção a Uma Visão Complexa. Texto Para Discussão N° 1332. Brasília: Repositório do Conhecimento do IPEA, abril de 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11058/1489>>. Acesso: 30/09/2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP / Brasília: FLACSO, 2005.

CRUZ NETO, Otávio. **O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação**. In DESLANDES, Suely Ferreira. CRUZ NETO, Otávio. GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: Possibilidades e Limites para a Permanência Escolar e Conclusão de Curso. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 145-155, jan./jun. 2015.

FERNANDES, Ana. **Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos**. Bahia. Relatório Estadual, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr., 2011.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (coordenadora) *et al.* **Diretrizes para apresentação de dissertação e teses da USP**: documento eletrônico e impresso. 2ª ed. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos Focais Como Técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto-SP, v. 12, n. 24, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. Conselho Superior. **Aprova a Política de Assistência Estudantil**. Resolução nº 04 de 29 de março de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/pro-reitorias/prodin/files/2011/11/pdi.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. **Edital de Assistência Estudantil Nº 01/2012**. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2012/05/edital-paise-001.pdf>>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. **Edital de Assistência Estudantil Nº 04/2013**. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2013/05/Edital-PAISE-2013_campus.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil do IF Baiano Edital N° 23/2014**. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2014/08/Edital_Paise_2014_TF_publicacao.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO. **Política de Assistência Estudantil do IF Baiano Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE Edital N° 010/2015**. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2015/05/Edital_paise_2015.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: Direito da Carência ou Carência de Direitos? **Revista SER Social (UnB)**, Brasília - DF, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez., 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MALIK, Khalid. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidade e Reforçar a Resiliência. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Gestão estratégica na administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEC, Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso: 19/09/2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio da Pesquisa Social**. In DESLANDES, Suely Ferreira. CRUZ NETO, Otávio. GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Herivelton. CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PACHECO, Eliezer (Organizador). **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

_____. PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília - DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun., 2010.

PINHEIRO, Fábio Alexandre. **Educação de Jovens e Adultos por Meio do PROEJA-FIC: Uma Análise da Evasão Escolar no IFES Campus São Mateus/ES**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus-ES, 24.05.2014.

PIVA, Maqueli Elizabete. **Educação Profissional e Assistência Estudantil nos Cursos Técnicos: Um Estudo de Caso no IFRS – Campus Sertão**. 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 28.03.2011.

PRAZERES, Karilly Giraldo. VARGAS, Eudes Cristiano. A Efetividade do Plano Nacional de Educação e a Influência dos Investimentos Públicos na Qualidade Educacional de uma Escola Municipal. **Ciclos de Estudos em Administração & Ciclos de Estudos Tecnológicos**. Faculdade de Jandaia do Sul – FAFIJAN, agosto de 2015. Disponível em: <<http://revista.fafijan.br/index.php/ACC/article/view/54>>. Acesso: 13/09/2015.

RAGGI, Désirée Gonçalves. **A Metodologia de projetos: Uma Possibilidade para a Educação Emancipatória dos Estudantes do EMJAT/PROEJA no CEFETES**. 2008. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade del Norte, Assunção, PY 05.07.2008.

ROSA, Ana Claudia Ferreira. AMORIM, Janaína Miranda Muradás. MACEDO, Livia Fernanda Leal. Contextualização no Instituto Federal do Tocantins na Esfera das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 4, n. 7, p. 113-126, 2015.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 19. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: Contribuições para o Debate in KANAANE, Roberto. FIEL FILHO, Alécio. FERREIRA, Maria das Graças (Organizadores). **Gestão Pública**: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Maria Paula Santos dos. **O Estado e os Problemas Contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informações municipais**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 16/07/2014.

STROISCH, Adriane. **A Permanência e o Êxito dos Alunos Cotistas dos Cursos Superiores do Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina**: 2009-2010. 2012. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 25.06.2012.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 12.08.2013.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. **Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015**: Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em 11/09/2015.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche. FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

ZINET, Caio. **Corte no Orçamento da Educação em 2016 Será Superior ao Deste Ano**. Centro de Referências em Educação Integral, 05/09/2015. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/corte-orcamento-da-educacao-em-2016-sera-superior-ao-desse-ano/>>. Acesso em 17/10/2015.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS COM ALUNOS E ENTREVISTA COM O
GESTOR**

Eu, _____,
RG nº _____, abaixo assinado, declaro que, de livre, espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa, realizada pela Servidora Pública, Maria Soares Cunha, mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré-ES, orientada pela Prof.^a Dr.^a Désirée Gonçalves Raggi. Autorizo o uso do conteúdo das informações dadas através de entrevista e grupos focais, para que sejam utilizadas parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) que o objetivo geral desta pesquisa é analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

A entrevista e as discussões dos grupos focais serão transcritas pela pesquisadora, os resultados serão publicados, porém, o conteúdo das informações estará sob sigilo, respeitando a confidencialidade e o anonimato das informações e os sujeitos da pesquisa não sofrerão nenhum dano ou risco e terão a liberdade, a qualquer momento, de abandonar sua participação nesse estudo se assim o desejarem, sem nenhum prejuízo. Com base nessas informações, declaro estar ciente dos objetivos desta pesquisa e autorizo a realização da mesma. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido, do qual recebi uma cópia. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas com a mestranda Maria Soares Cunha pelo e-mail: biacunha@hotmail.com.

Teixeira de Freitas-BA, ____ de _____ de _____.

Entrevistado

Assinatura do pai ou responsável

Maria Soares Cunha

APÊNDICE B

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano,

Campus Teixeira de Freitas

Objetivo Geral: analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

ROTEIRO (Formulário destinado aos servidores)

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE

Esse questionário tem o objetivo de coletar dados para respaldar os resultados da dissertação de Mestrado sobre o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE.

Para esclarecer, esse ano, 188 alunos foram contemplados. Observe os auxílios oferecidos:

Auxílio	Valor
Alimentação	300,00
Creche	300,00
Moradia	350,00
Transporte (urbano)	150,00
Transporte (rural)	250,00
Permanência	300,00
Cópia e Impressão	cota

*Obrigatório

1. Considera que os IF representam uma política pública efetiva de inclusão social? *

- Sim
- Não
- Não sei

2. O processo seletivo de ingresso contribui para incluir ou excluir os alunos das classes populares? *

- Incluir
- Excluir

3. Os auxílios oferecidos pelo PAISE contemplam os alunos em vulnerabilidade socioeconômica da instituição? *

- Sim
- Não
- Parcialmente

4. Contempla as necessidades dos estudantes? *

- Sim
- Não
- Parcialmente

5. O trabalho de divulgação do programa é efetivo? *

- Sim
- Não

6. O programa de assistência estudantil do IF Baiano, *campus* Teixeira de Freitas é bem administrado? *

- Sim
- Não

7. O programa contribui com a inclusão social, permanência e êxito? *

- Sim

Não

Parcialmente

8. Quais deficiências o programa demonstra?

9. Quais suas sugestões para o PAISE?

APÊNDICE C

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano,
Campus Teixeira de Freitas

Objetivo Geral: analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

ROTEIRO (Entrevista com o gestor da CAE)

1. O que o senhor pensa sobre a política de Assistência Estudantil?
2. Como o senhor vê o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)?
3. Os auxílios oferecidos pelo PAISE contemplam os alunos em vulnerabilidade socioeconômica do *campus* Teixeira de Freitas?
4. O orçamento destinado ao programa de assistência estudantil é suficiente?
5. O senhor considera os critérios de seleção do PAISE adequados?
6. O PAISE traz benefícios sociais?
7. É realizada uma consulta entre os alunos para detectar suas necessidades antes de estabelecer as bolsas e os seus valores?
8. Além da concessão de bolsas, o PAISE realiza outras ações? Quais?
9. O programa contribui com a inclusão, permanência e êxito dos alunos?
10. Quais são as deficiências do PAISE?
11. Quais dificuldades o senhor encontra para administrar o PAISE?
12. Além das informações expostas o que mais o senhor considera relevante saber sobre o PAISE?
13. O que precisa ser melhorado? Sugestões:

APÊNDICE D

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano,

Campus Teixeira de Freitas

ROTEIRO (Grupo Focal discentes contemplados pelo PAISE)

1. Local: Sala de Reuniões Grupo número: ____ Turno: _____

Data: __/10/2015 Tempo do encontro: _____

2. Equipe responsável:

Moderadora: Maria Soares Cunha

Observador: Eliene Jorge

Responsável pela transcrição: Danyelle de Lima Teixeira

Assessoria de gravação de áudio: Daniel Gonçalves

3. Participantes: ____ discentes.

4. Objetivo: analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

5. Materiais necessários: mesa retangular, cadeiras confortáveis, equipamento de gravação de áudio, cadernos para anotação, sala confortável, refrigerada e silenciosa, lanche, água, café.

6. Orientações:

- Abertura do grupo, apresentação do propósito e do formato da reunião, propiciando uma situação de conforto e uma atmosfera permissiva;
- Autoapresentação da moderadora e dos demais participantes;

- Explicar os objetivos do encontro, a forma de registro e a garantia do sigilo dos registres e dos participantes;
- Solicitar os termos de consentimento;
- Esclarecer que todas as ideias e opiniões interessam, que não há certo e errado e que se espera diferentes pontos de vista, pois enriquece a pesquisa;
- A discussão será aberta em torno da questão proposta;
- A moderadora tentará garantir a troca efetiva entre os participantes;
- Para iniciar a discussão será proposto que cada aluno realize um comentário geral sobre o PAISE;
- É necessário que os discentes se sintam responsáveis por criar e sustentar a discussão.

7. Questões relevantes:

1. Os auxílios oferecidos pelo PAISE atendem aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica?
2. A instituição consultou os alunos sobre suas necessidades antes de lançar o edital?
3. O valor dos auxílios contempla as necessidades de vocês? Como?
4. Quais bolsas ou ações não existem e deveriam existir?
5. Fale sobre os critérios de análise e seleção do programa de assistência estudantil: (existe algo que precisa ser excluído, acrescentado ou melhorado)
 - a) Estar regularmente matriculado em curso ofertado pelo *campus*;
 - b) Possuir renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio vigente;
 - c) Estar em condição de vulnerabilidade social.
6. Os recursos recebidos por vocês melhoraram suas condições para estudar? Por que? Ou sem os recursos recebidos através do PAISE vocês teriam condições de estudar?
7. Essas bolsas contribuem para que vocês consigam concluir o curso? Explique.
8. Quais são os principais problemas que vocês encontraram no PAISE?
9. Vocês poderiam dar sugestões para que o Instituto faça melhorias no PAISE?

APÊNDICE E

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano,
Campus Teixeira de Freitas

Objetivo Geral: analisar como as políticas públicas de assistência estudantil implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas estão contribuindo para a inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

ROTEIRO (Formulário destinado aos estudantes contemplados)



Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE

Caro aluno, esse formulário será utilizado para escrever os resultados da dissertação de Mestrado sobre o PAISE, no *campus* Teixeira de Freitas. Fique tranquilo(a), pois o seu anonimato será mantido. Sua participação é muito importante, conto com a sua colaboração!

***Obrigatório**

1. Qual o seu curso e a modalidade? *

- Administração integrado
- Administração subsequente
- Agropecuária integrado
- Agropecuária subsequente
- Florestas integrado
- Florestas subsequente
- Hospedagem subsequente

Em que período você está? *

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano
- I semestre
- II semestre
- III semestre
- Estágio

2. Quais auxílios você recebe? *

- Alimentação
- Creche
- Moradia
- Transporte (urbano)
- Transporte (rural)
- Permanência
- Cópia e impressão
- Eventual
- Uniforme

3. De que forma as bolsas do PAISE promovem a sua permanência na escola? ***4. Descreva o que você adquiriu com o auxílio, que mais lhe ajudou nos estudos: *****5. Você considera o valor do auxílio recebido suficiente para a sua permanência no curso? ***

- Sim
- Não
- Parcialmente

Por que?**6. Ser beneficiado pelo PAISE tem implicado na qualidade dos seus estudos? ***

- Sim
- Não
- Parcialmente

Cite de que forma:**7. Se você não recebesse o auxílio do PAISE teria condições financeiras de continuar no curso? ***

- Sim
- Não

Por que? *

8. Você concorda com a forma de seleção estabelecida? *

9. O que o PAISE representa na sua vida? *

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Powered by
 Google Forms

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.
[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

APÊNDICE F

Autorização da Realização da Pesquisa

A direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas autoriza a realização da pesquisa: “**Análise da Inclusão Social dos Alunos - As contribuições das Políticas de Assistência Estudantil implementadas pelo Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas**”, realizada pela servidora Maria Soares Cunha, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional pela Faculdade Vale do Cricaré-ES.

Teixeira de Freitas-BA, 20 de março de 2014.


Marcelito Trindade Almeida

Diretor Geral


Genilda de Souza Lima

Diretora Acadêmica


Ricardo Rocha Rabelo

Coordenador de Assuntos Estudantis

APÊNDICE G

Termo de Confidencialidade⁴

Título da pesquisa: **Análise da Inclusão Social dos Alunos - As contribuições das Políticas de Assistência Estudantil implementadas pelo Instituto Federal Baiano, Campus Teixeira de Freitas**

Pesquisador responsável: Maria Soares Cunha

Instituição/Departamento: Faculdade Vale do Cricaré (FVC)

Telefone para contato: (73) 9152-6690

Local da coleta de dados: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *campus* Teixeira de Freitas. Rodovia BR 101, Km 882, s/n, CEP 45.985-970, Teixeira de Freitas-BA

A pesquisadora se compromete a preservar a privacidade dos pesquisados. As informações coletadas por meio de formulário, entrevista e grupos focais serão armazenadas de forma escrita e em gravação de áudio. Concorde que os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para execução desse estudo. As informações só poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas por um período de cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora responsável. Após este período os dados serão destruídos.

São Mateus-ES, 07 de novembro de 2015.


Prof.ª Dr.ª Désirée Gonçalves Raggi


Maria Soares Cunha

⁴Adaptação do Termo de confidencialidade utilizado por Pinheiro (2014).

ANEXO A

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de
Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com

as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

ANEXO B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – DAE
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - CGAE



POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IF BAIANO

EDITAL Nº 004/2015

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DO ESTUDANTE – PAISE

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano -- IF Baiano, no uso de suas atribuições legais na forma do que dispõe a Lei nº. 11.892/2008, considerando ainda a Lei nº 12.155/2009, o Decreto nº 7.234/2010, e o Decreto nº 7.416/2010, torna público o presente Edital, que estabelece as normas e critérios para seleção de estudantes da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, Graduação, Pós-Graduação, Educação a Distância (EaD) e do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EJA-PROEJA, com a finalidade da participação na Política de Assistência Estudantil deste Instituto, através do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE.

1.0. DO PROGRAMA E DAS SUAS MODALIDADES

1.1. O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante do IF Baiano -- PAISE, integrante da Política de Assistência Estudantil, visa contribuir para a permanência e a conclusão do curso do estudante em vulnerabilidade socioeconômica.

1.2. Observando as normas e possibilidades de cada *campus*, o PAISE é composto por onze benefícios, especificados abaixo:

1.2.1. Residência Estudantil: viabiliza a permanência integral do estudante, oriundo de municípios distantes, e/ou que tenha dificuldade de traslado diário. Este benefício poderá atender aos estudantes de ambos os sexos, de acordo com as possibilidades de cada *campus*, e, preferencialmente, aqueles adolescentes, entre 12 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e baixa condição econômica.

1.2.2. Auxílio Moradia: concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes oriundos de municípios distantes, e/ou que tenham dificuldades de traslado diário, que não tenham sido

beneficiados com a Residência Estudantil.

1.2.3. Auxílio Alimentação: disponibilizado, preferencialmente, nos *campi* onde não há refeitório. Consiste no repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes para custear as despesas com alimentação, durante o período letivo.

1.2.4. Auxílio Transporte: concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes para custear as despesas com transporte, auxiliando o traslado de ida e volta ao *campus* durante o período letivo. Este auxílio não pode ser concedido a estudantes atendidos por programas similares, tais como transporte ou vales-transportes concedidos pelas prefeituras.

Parágrafo Único – Os editais dos *campi* poderão definir dois valores diferentes para o auxílio transporte, considerando-se a distância da residência do estudante para o *campus*, além das especificidades geográficas dos municípios onde se localizam os *campi*, desde que sejam respeitados os limites de valores determinados no item 2.0.

1.2.5. Auxílio Material Acadêmico: concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante, para custeio de material acadêmico. Pode ser acumulado com outros auxílios.

1.2.6. Auxílio Uniforme: concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante, para custeio de uniforme escolar. Pode ser acumulado com outros auxílios.

1.2.7. Auxílio Cópia e Impressão: garantia, ao estudante, da reprodução e/ou impressão do material de uso acadêmico, exceto os casos especificados na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, durante o período letivo.

1.2.7.1. O *campus* deverá estabelecer cota, por estudante, para cópia e impressão, ou determinar um desconto no valor cobrado pela cópia ou impressão.

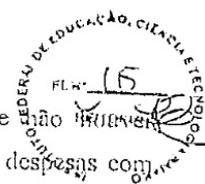
1.2.8. Auxílio Creche: concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, ao estudante pai ou mãe de criança com até 5 (cinco) anos de idade, que não possui amparo familiar para o cuidado da criança durante o horário de aula.

Parágrafo Único - De acordo com a Portaria Nº 519 de 09 de abril de 2014, é vedada a concessão de pagamento cumulativo de Auxílio Creche, pelo PAISE, a estudantes cônjuges.

1.2.9. Auxílio Eventual: ajuda de custo para atender as necessidades específicas, relativas às demandas emergenciais, tais como:

- a) Exames médicos e odontológicos, que não são realizados nas regiões circunvizinhas ao *campus*;
- b) acompanhamento psicoterapêutico;
- c) compra de medicamentos prescritos por médico, óculos de grau e tratamento dentário, não cobertos pelo Sistema Único de Saúde;
- d) outras demandas que devam ser analisadas pela Comissão de Assistência Estudantil Local.

1.2.9.1. Cada *campus* reservará parte do orçamento do PAISE para concessão do Auxílio Eventual, cujo valor deverá ser definido pela Comissão Local de Assistência Estudantil, de acordo com as



necessidades específicas de cada *campus*.

§ 1º-Todos os gastos deverão ser comprovados através de notas fiscais e/ou recibo com carimbo do profissional e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela prestação do serviço.

§ 2º- Os *campi* deverão buscar estabelecer convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), ou com serviços alternativos, para o encaminhamento de casos específicos, que necessitem de assistência à saúde de nível mais complexo.

1.2.9.2 As diretrizes e princípios orientadores do Auxílio Eventual estão determinados em Regulamento específico.

1.2.10. Auxílio Permanência: auxílio financeiro mensal, destinado aos estudantes que não possam ser contemplados pelos demais auxílios financeiros, previstos neste Edital, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a 25% do salário mínimo vigente.

1.2.11. Auxílio PROEJA: concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, aos estudantes regularmente matriculados em cursos do Proeja Técnico ou de Formação Inicial e Continuada (FIC), em situação de vulnerabilidade social.

Parágrafo Único - Dentre os auxílios financeiros, apenas os de material acadêmico, uniforme e eventual, poderão ser cumulativos entre si e com qualquer outro constante neste item.

2.0. DOS VALORES DOS AUXÍLIOS

2.1. Os valores dos Auxílios foram estabelecidos consensualmente, em reunião com os Presidentes das Comissões Locais de Assistência Estudantil de todos os *campi* e a representação estudantil do IF Baiano, conforme se segue.

	AUXÍLIO/BENEFÍCIO	VALOR (R\$)
01	Auxílio Moradia	350
02	Auxílio Alimentação	300
03	Auxílio Transporte (EaD)	80
04	Auxílio Transporte (Cursos Presenciais) valor mínimo	150
05	Auxílio Transporte (Cursos Presenciais) valor máximo	250
06	Auxílio Material Acadêmico	50
07	Auxílio Uniforme	100
08	Auxílio Creche (Cursos da EaD)	150
09	Auxílio Creche (Cursos Presenciais)	300
10	Auxílio Permanência	300
11	Auxílio PROEJA	300

2.2. Os estudantes da Modalidade de Ensino a Distância (EaD) só poderão solicitar os auxílios referentes ao Transporte, Creche e Eventual.

2.3. A concessão dos auxílios aos selecionados, cujos repasses são mensais, será realizada de acordo com o calendário de cada *campus*.



2.4. A participação do estudante neste Programa implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.



3.0. DA DISPONIBILIDADE DE AUXÍLIOS

3.1. No Edital de cada *campus* deverá constar uma tabela com a distribuição dos benefícios, contendo quantitativo disponibilizado para cada auxílio, bem como os valores.

4.0 DOS PRÉ-REQUISITOS

4.1. Para participar do Programa PAISE, o estudante deverá:

- 4.1.1. estar regularmente matriculado em curso ofertado pelo *campus*, nas modalidades presencial ou EaD;
- 4.1.2. possuir renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio vigente;
- 4.1.3. estar em condição de vulnerabilidade social.

Parágrafo Único – Entende-se como vulnerabilidade social o processo de exclusão, situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial; discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, assim como agravantes sociais caracterizados por situações que afetam a condição financeira da família como doenças, necessidades específicas comprovadas e deficiências.

5.0. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições serão realizadas junto à Comissão de Assistência Estudantil de cada *campus*, responsável pela seleção, execução, acompanhamento e avaliação dos Programas contidos na Política de Assistência Estudantil.

5.2. No ato da inscrição o estudante deverá:

- 5.2.1. preencher formulário próprio de requerimento do *campus*;
- 5.2.2. responder ao questionário socioeconômico, caso não o tenha respondido na realização da matrícula;
- 5.2.3. entregar os documentos (cópias) abaixo especificados:
 - a) comprovantes de renda do estudante e de familiares referentes ao mês de inscrição (exemplo: carteira profissional, contracheque, recibos de benefícios, comprovante de imposto de renda, declaração de próprio punho para os profissionais informais ou desempregados);
 - b) comprovante de aluguel ou financiamento de imóvel (se houver);
 - c) comprovante de recebimento ou pagamento de pensão alimentícia (se houver);
 - d) comprovante de água, condomínio, luz e telefone;
 - e) comprovante de pagamento de mensalidade escolar;
 - f) comprovante de utilização de medicamento de uso contínuo e/ou de tratamentos de saúde

(se houver);

g) relatório médico, quando se tratar de doença crônica ou degenerativa ou necessidades específicas;

h) CPF e RG do estudante;

i) RG ou Certidão de Nascimento dos membros da família declarados no questionário socioeconômico, compreendendo todas as pessoas que além do estudante moram na mesma residência e, também, todos os que, mesmo morando em outro local, dependem financeiramente do estudante;

j) Para os estudantes solicitantes do Auxílio Moradia, o contrato ou declaração de aluguel, registrado/a em cartório, deverá ser apresentado.

5.2.4. As fotocópias dos documentos originais deverão ser anexadas ao requerimento de inscrição e entregues à Comissão de Assistência Estudantil do *campus* ou no Pólo de Apoio Presencial, conforme o caso. Outros documentos poderão ser solicitados, caso necessite de informações adicionais.

5.2.5. A Comissão de Assistência Estudantil de cada *campus* fará visitas domiciliares aos candidatos contemplados pelo Programa, com a finalidade de verificar *in loco* a veracidade das informações fornecidas no processo de seleção.

5.2.6. A documentação do estudante, recebida por cada Polo da EaD, deverá ser encaminhada à Comissão de Assistência Estudantil do *campus* que realizará a seleção.

5.2.7 Fica a critério da Comissão Local de Assistência Estudantil, definir em qual etapa a documentação original deverá ser apresentada.

6.0. DA SELEÇÃO

6.1. A seleção será realizada pela Comissão de Assistência Estudantil dos *campi*, em três etapas: através de estudo socioeconômico, subsidiado por análise de documentação comprobatória e entrevista.

6.1.1. 1ª Etapa: Entrega das fotocópias dos documentos exigidas no artigo 5.2;

6.1.2. 2ª Etapa: Análise documental;

6.1.3. 3ª Etapa: Entrevista realizada, conforme agendamento.

6.2. Somente participarão da 3ª Etapa os estudantes classificados na 2ª Etapa.

6.3. Receberão auxílios, os estudantes selecionados através de suas condições socioeconômicas e de vulnerabilidade social, ordenados até o limite da disponibilidade orçamentário-financeira, repassada para o *campus*, pela Reitoria, cujo critério fora definido na Política de Assistência Estudantil.

6.4. Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios como desempate, nesta ordem:

6.4.1. Não possuir outro auxílio, bolsa ou estágio remunerado;





- 6.4.2. Ser oriundo de escola pública da educação básica;
- 6.4.3. Estar em período/série mais avançada no curso do IF Baiano;
- 6.4.4. Residência familiar mais distante do *campus*/Polo de Apoio Presencial da EaD, onde estuda;
- 6.4.5. Maior número de dependentes na família.

6.5. O estudante selecionado deverá apresentar à Comissão de Assistência Estudantil do *campus*, ou no Polo de Apoio Presencial da EaD, os seus dados bancários referentes aos números do Banco, Agência e Conta-Corrente, aberta com o seu CPF, não se aceitando conta conjunta para o repasse financeiro.

6.5.1. A Comissão Local de Assistência Estudantil deverá orientar sobre a forma que será realizada a operação financeira para repasse do auxílio aos estudantes selecionados.

7.0. DOS RECURSOS

7.1. O estudante que desejar interpor recurso contra o resultado deste processo seletivo disporá de 02 (dois) dias úteis, a partir da divulgação do resultado preliminar dos estudantes selecionados.

7.1.2. Para recorrer contra o resultado preliminar, o estudante deverá preencher o formulário e entregá-lo no mesmo local onde procedeu a sua inscrição, de acordo com as datas estipuladas no cronograma deste edital.

7.2. Em hipótese alguma, será aceita revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso do resultado final da Seleção.

8.0. DA PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

8.1. O estudante, para garantir o(s) benefício(s), deverá:

8.1.2. ter matrícula regular;

8.1.3. ter frequência mínima de 85%, no caso de cursos presenciais. Em caso de frequência inferior a 85%, o estudante somente terá direito a permanência no programa, se as suas faltas estiverem devidamente justificadas;

8.1.4. ter frequência de dois dias úteis semanais nos Polos, no caso de EaD;

8.1.5. ter situação de vulnerabilidade social comprovada;

8.1.5.1. No início de cada bimestre ou semestre, conforme o caso, ou no término do período de recebimento do auxílio, estipulado no estudo socioeconômico de cada estudante, a situação de vulnerabilidade social será reavaliada para verificação da continuidade do direito, condição para o recebimento do auxílio;

8.1.5.2. A qualquer tempo poderão ser efetuadas, pela Comissão Local de Assistência Estudantil, novas entrevistas, visitas domiciliares e/ou solicitação de documentação para acompanhamento da situação do estudante beneficiado pelos auxílios.

9.0. DA IMPLEMENTAÇÃO

9.1. A implementação do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE, do

IF Baiano, para o ano 2015, atenderá ao seguinte cronograma:



FASES	PERÍODO/DATA
Publicação e divulgação do edital de cada <i>campus</i>	1 semana
Período de inscrições, análise e julgamento	3 semanas
Divulgação dos pré-selecionados por auxílio	2 dias úteis
Período de solicitação de recursos	2 dias úteis
Divulgação dos resultados dos recursos	1 dia útil
Divulgação da lista dos selecionados	1 dia útil
Apresentação da documentação bancária para repasse financeiro ao estudante	1 semana
Envio das planilhas preenchidas aos <i>campi</i> ;	1 dia útil
Previsão de repasse financeiro aos estudantes	2 semanas

10.0. DO PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS

10.1. Os estudantes selecionados devem ficar atentos aos prazos que serão divulgados pela Comissão Local de Assistência Estudantil, visto que não há como entrar em contato individualmente, devido ao quantitativo de estudantes.

11.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As Comissões Locais de Assistência estudantil dos *campi* elaborarão Editais próprios para atender, no mínimo, ao estabelecido neste documento, observando ainda os princípios da Política de Assistência Estudantil em relação à ampla divulgação dos seus Editais.

11.2. A Comissão Local de Assistência Estudantil poderá prover o remanejamento dos recursos destinados aos auxílios, quando o número de estudantes selecionados para alguns benefícios não preencherem as vagas previstas.

11.3. A inobservância das normas e critérios contidos neste Edital será de responsabilidade do Diretor Geral de cada *campus*.

11.4. É de inteira responsabilidade do estudante acompanhar o processo de seleção do Programa.

11.5. O estudante que se sentir prejudicado poderá, mediante requerimento, interpor recurso na data prevista no cronograma, junto à Comissão de Assistência Estudantil do seu *campus*, ou no Polo da EaD, ao qual pertence, para análise da situação.

11.6. As denúncias sobre quaisquer inverdades na apresentação de informações, ou documentos entregues, poderão ser dirigidas à Comissão Local de Assistência Estudantil, a qualquer tempo.

11.6.1. Será resguardado o sigilo da denúncia.

11.6.2. As denúncias serão averiguadas pela Comissão Local de Assistência Estudantil.

11.6.3. Comprovada a má-fé ou omissão nas informações declaradas, o estudante perderá o direito ao recebimento dos benefícios e poderá responder penalmente pelo uso indevido de recurso público.

11.7. A Comissão Local de Assistência Estudantil, em cada *campus*, deverá ser constituída por uma equipe multiprofissional básica de, no mínimo: (1) assistente social, (1) psicólogo(a) e (1) pedagogo(a).



Parágrafo Único -. O *campus* que não tiver em seu quadro de servidores os profissionais citados no item 11.7., deverá estabelecer parcerias para a realização das atividades que são específicas da Comissão Local de Assistência Estudantil, determinadas pela Política de Assistência Estudantil.

11.8. Sob nenhuma hipótese poderá ser exigida dos estudantes contrapartida de trabalho como requisito para o repasse financeiro de auxílios.

11.9. Em caso de trancamento, transferência ou evasão, o estudante será automaticamente desligado do Programa.

11.10. Os *campi* deverão disponibilizar diárias e passagens ou veículo oficial para as visitas domiciliares da Comissão de Assistência Estudantil.

11.11. No período de seleção do PAISE, os *campi* que ainda não contam com Assistente Social em seu quadro de servidores, deverão estabelecer parceria com as prefeituras dos municípios para a disponibilização de Assistente Social durante o período da seleção. Na impossibilidade do atendimento pelas prefeituras, o Diretor Geral do *campus* solicitará formalmente ao Gabinete do Reitor a contratação deste profissional, de forma temporária.

11.12 Todas as retificações dos editais locais deverão ser informadas à Diretoria de Assuntos Estudantis.

11.13. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central de Assistência Estudantil.

Salvador, 14 de janeiro de 2015.

DENILSON SANTANA SODRÊ DOS SANTOS
Reitor Substituto do IF Baiano